



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIA DA CONCEIÇÃO INACIO LEITE DA SILVA

**A INSERÇÃO DOS JOVENS DA COMUNIDADE VACA MORTA NO ENSINO
SUPERIOR E O PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA PARA QUILOMBOLAS**

SOUSA-PB

2018

MARIA DA CONCEIÇÃO INACIO LEITE DA SILVA

A INSERÇÃO DOS JOVENS DA COMUNIDADE VACA MORTA NO ENSINO SUPERIOR E O PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA PARA QUILOMBOLAS

Trabalho de monografia apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito para aprovação.

Orientadora: Prof.^a Ma. Suamy Rafaely Soares.

SOUSA- PB

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Biblioteca Setorial de Sousa UFCG/CCJS
Bibliotecária – Documentalista: MARLY FELIX DA SILVA – CRB 15/855

S586i Silva, Maria da Conceição Inacio Leite da.
A inserção dos jovens da comunidade Vaca Morta no ensino superior e o programa bolsa permanência para Quilombolas. / Maria da Conceição Inacio Leite da Silva. - Sousa: [s.n], 2018.

67 fl.:Il. Col.

Monografia (Curso de Graduação em Serviço Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS/UFCG, 2018.

Orientadora: Prof.^a Ma. Suamy Rafaely Soares.

1. Jovens. 2. Ensino Superior. 3. Assistência Estudantil. 4. Programa Bolsa Permanência. 5. Cotas Raciais. I. Título.

Biblioteca do CCJS - UFCG

CDU 36:378-053.6

MARIA DA CONCEIÇÃO INACIO LEITE DA SILVA

A INSERÇÃO DOS JOVENS DA COMUNIDADE VACA MORTA NO ENSINO SUPERIOR E O PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA PARA QUILOMBOLAS

Trabalho de monografia apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito para aprovação.

Orientadora: Prof.^a Ma. Suamy Rafaely Soares.

Aprovado em: 13/03/2018

BANCA EXAMINADORA

PROF.^a MA. SUAMY RAFAELY SOARES
ORIENTADORA

PROF. DR. REGINALDO FRANÇA
EXAMINADORA

CONSUELO BARRETO DE M. DE MELLO
EXAMINADORA

Dedico este trabalho a minha família, e a todos que contribuíram para a realização do mesmo. Em especial aos meus pais e meu irmão que são minha fonte inspiração e apesar das adversidades não me deixaram desistir.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço à Deus, pois sem ele nós não somos nada.

Agradeço ao meu pai Edison que desde o momento da inscrição até o final sempre esteve comigo, participou das minhas mudanças e bastava eu ligar que ele vinha pra cá. A minha mãe que desde criança ensinou a importância do estudo, pois quando eu precisava largava tudo e vinha ficar comigo, e ao meu irmão Wellington que me apoiou na realização desse sonho e até passou a trabalhar na época para ajudar na minha permanência em Sousa. Vocês sempre me incentivaram e estiveram presente durante essa minha caminhada. E sei que sempre que precisar vocês estarão do meu lado, pois sempre foram meus grandes incentivadores, obrigado por tudo.

Agradeço a minha primeira professora Ana Maria que sempre incentivou a lutar pelos meus sonhos, aos amigos que a universidade me deu: Iago, Kaká, Germano e Núbia que foram muito importantes nesse período, sendo minha família em Sousa. Obrigado pelo apoio e por mim aturar e alegrarem minha manhã durante esses anos. Foram quatro anos de grandes experiências, muitas resenhas, principalmente, nas viagens e nos trabalhos em grupo.

Sou grata às minhas amigas Edna e Najinha e minha prima/colega de quarto/amiga Juliana, vocês estiveram presente durante toda essa caminhada me incentivando para continuar firme forte nessa conquista, mesmo distante viveram comigo cada momento dessa graduação. Agradeço também a Joice pelo apoio que tive quando cheguei em Sousa e a Joyce minha conterrânea, amiga e colega de apartamento.

Sou grata à minha orientadora Suamy, pela orientação e paciência e incentivo, pelos os puxões de orelhas quando necessário. Pelas dicas e orientações que foram primordiais para a construção desse trabalho e meu amadurecimento acadêmico.

Aos meus professores que ao longo desses cinco anos sempre tiraram minhas dúvidas, me ensinaram a importância da profissão e foram essenciais para minha formação, bem como a UFCG- campus Sousa.

Agradeço ao meu campo de estágio, pois me proporcionou conhecer um pouco da prática profissional e dos instrumentais utilizados pelo (a) assistente social

que trabalha no setor da assistência estudantil. E que foi justamente durante o período de estágio que resolvi desenvolver meu projeto de conclusão de curso nessa área.

Agradeço aos que contribuíram direta e indiretamente para a conclusão deste trabalho.

-A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês pode se tornar uma médica, que o filho de um mineiro pode se tornar o diretor da mina, que uma criança de peões de fazenda pode se tornar o presidente de um país.

Nelson Mandela.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos do Programa Bolsa Permanência na formação dos jovens da comunidade remanescente de quilombo Vaca Morta do município de Diamante-PB. Realizamos uma pesquisa qualitativa, com entrevista semi-estruturada com 8 estudantes universitários da comunidade supracitada que recebem o bolsa permanência. Reflexionamos como essa política de ação afirmativa contribui para viabilizar a inclusão de jovens negros (as) na universidade. Para sustentar a análise foi necessário fazer um resgate histórico dos negros e negras, do processo de escravidão e sua abolição, bem como os negros foram tratados pela sociedade e Estado pós-escravidão, elencando questões de racismo e discriminação, da falta de ações e políticas públicas. Além disso, discutimos as lutas dos movimentos negros por seus direitos, e criação das políticas de cotas e do Programa Bolsa Permanência como reflexo dessas lutas, visto que o ponto central abordado no trabalho é o acesso do negro na universidade, e como a política de assistência estudantil e as políticas de cotas contribuíram na inserção e permanência de jovens negros(as) na universidade e garantir mesmo que de forma minimalista o direito dos mesmos de ter uma formação profissional.

Palavra-chave: Programa Bolsa Permanência; racismo; assistência estudantil; cotas raciais.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the impacts of the Bolsa Permanência Program on the training of young people from the remaining community of quilombo Vaca Morta in the municipality of Diamante-PB. We conducted a qualitative research, with a semi-structured interview with 8 university students from the aforementioned community who receive the scholarship permanence. We reflect on how this affirmative action policy contributes to the inclusion of young blacks in university. To support the analysis it was necessary to make a historical rescue of blacks and blacks from the slavery process and their abolition, as well as the blacks were treated by post-slavery society and state, listing issues of racism and discrimination, lack of actions and policies public policies. In addition, we discuss the struggles of the black movements for their rights, and the creation of quota policies and the Bolsa Permanência Program as a reflection of these struggles, since the central point addressed in the work is the access of the black to the university, and how the politics of student assistance and quota policies have contributed to the insertion and permanence of young blacks in universities and to guarantee, even in a minimalist way, their right to have a professional education.

Keyword: Bolsa Permanência Program; racismo; student assistance; racial quotas.

LISTA DE SIGLAS:

FIES- Fundo de Financiamento Estudantil

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IFES- Instituições Federais de Ensino Superior

IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MEC - Ministério da Educação

MNU- Movimento Negro Unificado

PBP - Programa Bolsa Permanência

PB - Paraíba

PNAES - Política Nacional de Assistência Estudantil

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

REUNI- Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL	15
1.1. Processos de escravidão e a trajetória do negro no Brasil.....	15
1.2 Conceito de raça e os movimentos negros	24
CAPÍTULO II – INSERÇÃO DOS NEGROS NO ENSINO SUPERIOR	30
2.1 Questão dos negros e a universidade	30
2.2 Leis de cotas, assistência estudantil e os impactos para a universidade	35
CAPÍTULO III – ESTUDANTES DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DA VACA MORTA E O PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA	42
3.1 Procedimentos metodológicos	42
3.2 Exposição dos dados da pesquisa.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE 1	65
APÊNDICE 2	67

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos do Programa Bolsa Permanência na inserção e permanência dos quilombolas da Comunidade Vaca Morta na universidade. E enquanto objetivos específicos: analisar a relevância do Programa Bolsa Permanência para a manutenção dos estudantes quilombolas da comunidade Vaca Morta; avaliar os desafios e possibilidades enfrentados pelos estudantes bolsistas no tocante a efetivação do programa e examinar a relevância do programa como uma política de ação afirmativa. Por meio de uma pesquisa de campo realizada com os 8 estudantes de ensino superior de instituições federais da comunidade supracitada e bolsista do programa.

O interesse pela temática surgiu por ser parte de nossa experiência pessoal, enquanto estudante negra e remanescente de quilombola da comunidade Vaca Morta e bolsista do programa. A partir disso constatamos a necessidade de falar desse programa que é pouco discutido dentro das universidades. A experiência de estágio supervisionado na assistência estudantil da UFCG também corroborou na escolha pelo objeto de estudo, pois pudemos analisar o programa de forma sistematizada.

Convém dizer que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi criado em 2007, com o intuito de garantir e apoiar a permanência dos(as) estudantes de baixa renda nas universidades. Dessa forma, objetiva democratizar o acesso às universidades federais e combater a evasão e repetência dos(as) estudantes, assim como viabilizar oportunidades de igualdade entre os mesmos.

O Programa Bolsa Permanência (PBP) faz parte da PNAES, mas que está direcionado especificamente aos quilombolas, indígenas e estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. É uma política pública de ação afirmativa que se materializa em intervenções elaboradas pelo governo com a finalidade de garantir igualdade de direito e focadas nas desigualdades étnico-raciais buscando minimizá-las. Este foi criado pelo governo federal em 2013 de acordo com o decreto 389, com caráter de benefício, sendo pago pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com natureza acumulativa. Segundo o Ministério da Educação (MEC) até início de 2017 as universidades contavam com 16 mil bolsistas cadastrados. Na particularidade da Universidade Federal de Campina Grande,

campus de Sousa-PB no momento consta com três bolsistas, sendo dois quilombolas e um indígena.

A pesquisa foi de campo com caráter qualitativo, utilizando como instrumental uma entrevista semiestruturada, com 8 estudantes da comunidade Vaca Morta que são bolsistas do PBP. A entrevista foi efetuada de duas formas: presencial e por email, por causa da impossibilidade de se reunir com todos os entrevistados, a análise dos dados foi baseado no método materialista histórico dialético de Marx que busca compreender a realidade através das relações sociais.

É importante destacar que o racismo no Brasil é um eixo estruturante da sociabilidade e se expressa em vários espaços, inclusive no ensino superior. O número de negros no ensino superior é bem pequeno, isso é fruto do processo histórico que mesmo com a abolição da escravatura, perpetuou a segregação entre raças e a desigualdade, produzindo e reproduzindo até hoje os discursos racistas e de desigualdade racial.

O trabalho de conclusão de curso foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo: a questão étnico-racial no Brasil fala da questão racial, da colonização com a chegada dos negros e o processo de escravidão. Dessa forma, pretendemos discutir a história dos negros durante e pós-escravidão, o racismo e a discriminação racial que assola nosso país desde o seu processo de formação, e que mesmo após séculos do fim do regime de escravidão essa desigualdade ainda se perpetua e os negros ainda são tratados de forma desigual, sendo vistos como incapazes e inferiores. Também aborda o debate sobre raça e os movimentos negros discutindo o conceito de raça e sua absorção pelos movimentos nas lutas por igualdade e direitos, a história dos movimentos negros e suas conquistas ao longo dos anos.

O segundo capítulo: Inserção dos negros na universidade trata da história e inclusão dos mesmos no ensino superior que ocorreu de forma desigual, já que mesmo a maior parte da população sendo negra, os mesmos continuam sendo minoria nas universidades, espaços de participação e decisão política, bem como nos empregos de grande remuneração. Aborda também a questão das cotas raciais e sua importância na inserção dos negros na universidade, visto que as mesmas foram criadas com o intuito de diminuir as desigualdades e garantir direitos, portanto são desenvolvidas na lógica da política de ressarcimento. Ainda, discute a criação de programas que garanta não só a inserção na universidade como também a

permanência, visto que as cotas viabiliza a entrada e não a permanência. Um desses programas que é o foco do trabalho é o Programa Bolsa Permanência.

O último capítulo alude sobre a metodologia utilizada, como foi feita a análise dos resultados e a técnica de pesquisa que foi uma entrevista semi-estruturada. Também discute a história da comunidade, como ocorreu sua ocupação e discute os sujeitos sociais da pesquisa. Aborda também sobre o Programa Bolsa Permanência, sua criação e a importância dessa política para a permanência dos estudantes na universidade, uma vez que o foco da pesquisa é justamente analisar o programa.

CAPÍTULO I – A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL

1.1. Processos de escravidão e a trajetória do negro no Brasil

-Todo camburão tem um pouco de navio
negreiro. (Rappa)

Antes de falar sobre o racismo e a inserção dos negros e negras na universidade, é necessário retroceder um pouco na história e refletir sobre a expansão marítima, o processo de colonização e a escravidão. De acordo com Prado Junior (1961) a colonização brasileira foi um episódio no quadro da expansão marítima e do desenvolvimento do comércio europeu.

No século XV Portugal se apresentou como pioneiro nas expedições marítimas e grande potência colonial. Quando as navegações saíram para desbravar o oceano em busca de novas especiarias, as expansões marítimas propiciaram um alargamento nas atividades comerciais. Portanto, foram fundamentais para a circulação de mercadorias entre os continentes, sem esquecer de mencionar que a colonização só foi possível devido à expansão.

É importante ressaltar que para os europeus a América era apenas um obstáculo a ser contornado, um território primitivo e vazio; de forma que o processo de colonização se deu inicialmente a partir do estabelecimento de feitorias comerciais, com reduzido pessoal da metrópole para a sua administração e defesa armada. Posteriormente, a ocupação com povoamento efetivo foi uma contingência, em virtude das invasões do território brasileiro.

Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar essas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção de gêneros que interessassem ao seu comércio. A ideia de povoar surge daí, e só daí. (PRADO JUNIOR, 1961, p. 18)

Ademais, com os anos os portugueses perceberam que era rentável explorar não só as matérias-primas e especiarias, como também que o solo era fértil e que o Brasil tinha muito mais riquezas para ser exploradas, dando início ao processo de colonização propriamente dito. Como aborda Santos (2012) a colonização do Brasil acontece no momento que o modo de produção capitalista está se organizando na Europa. A coroa de Portugal compreendeu que com a colonização poderia lucrar mais com o Brasil usufruindo e usurpando suas riquezas, além de defender seu território de invasões de outros países da Europa.

Prado Júnior (1961) ao falar da colonização relata que a princípio a colonização se concentrou na faixa litorânea, tendo a agricultura como uma das principais fontes econômicas, destacando-se os ciclos agrícolas da cana-de-açúcar, café e cacau. O mesmo também destaca a importância dos colonizadores na formação social e cultural brasileira, como também na miscigenação das raças. A colonização deu espaço para essa mistura que tornou nossa cultura tão rica e diversificada. Concordamos com Caio Prado Júnior (1961), mas destacamos que tanto a formação sociocultural, quanto a miscigenação guardam traços marcantes de violência, apagamento cultural e físico, bem como expropriação.

Como já aludimos, o processo de colonização no Brasil tinha como principal objetivo a exploração das riquezas, para Portugal não haveria intenção de povoar as terras brasileiras se acaso não houvesse constantes tentativas de invasões por outros países na Europa. Cumpre afirmar que a primeira forma de organização político-administrativa foram as capitanias hereditárias, que eram faixas de terras cedidas aos donatários, pessoas escolhidas pela coroa de Portugal, que ficavam encarregadas de ocupar as terras e explorá-las. Porém, para explorar é necessário de mão-de-obra, e foi nesse momento que se instaurou a escravidão primeiro dos povos originários e, posteriormente dos negros. É preciso dizer que os portugueses vieram para o Brasil como as classes dirigentes e não tinham a menor intenção de se transformar em trabalhadores, por isso a saída mais eficaz para os mesmos era escravizar mão de obra, um costume que já fazia parte de sua cultura na Europa (PRADO JR, 1961).

Os negros eram trazidos da África para ser mão de obra escravizada, uma vez que a ideia dos colonizadores de utilizar os índios nos trabalhos braçais não deu certo, pois o seu modo de vida era diferente e eles produziam apenas o necessário para viver, já que não se baseavam na ideia de excedente. Segundo Prado Júnior (1981, p.12) os índios –resistiram ou foram dizimados em larga escala pelo desconforto de uma vida tão avessa a seus hábitos.

Nesse sentido, os povos originários se transformaram em um problema no processo de colonização, muito em virtude de sua inadaptação aos processos de trabalho impostos pelos europeus. Todavia, as missões religiosas encampadas pelos jesuítas os transformaram em instrumento de colonização e propagação da fé cristã.

Em virtude da pouca eficácia do uso da força de trabalho indígena na exploração brasileira, optou-se pela escravidão dos negros africanos para a produção de cana-de-açúcar nos engenhos, a partir do tráfico negreiro, um comércio do qual a Europa já era familiarizada. O ciclo produtivo da cana-de-açúcar é sintetizado por Caio Prado Junior:

O clima quente e úmido da costa ser-lhe-ia altamente favorável; e quanto à mão-de-obra, contou-se a princípio com os indígenas que, como vimos, eram relativamente numerosos e pacíficos no litoral. Estas perspectivas seriam amplamente confirmadas; o único fator ainda ignorado antes da tentativa, a qualidade do solo, revelar-se-ia surpreendentemente propício, em alguns pontos pelo menos da extensa costa. Foi o caso, particularmente do Extremo-Nordeste, na planície litorânea hoje ocupada pelo Estado de Pernambuco; e do contorno da baía de Todos os Santos (o Recôncavo baiano, como seria chamado). Não seriam aliás os únicos: de uma forma geral, toda a costa brasileira presta-se ao cultivo da cana-de-açúcar. (PRADO JÚNIOR, 1981, p.32)

Nesse sentido, instaura-se a escravidão dos negros no Brasil que vai do século XVI ao XIX, séculos de sofrimento para os negros e negras que infelizmente não acabou com a abolição da escravidão assinada pela Princesa Isabel. Os negros vinham de diversas regiões da África e eram capturados em suas tribos e transportados para o Brasil em navios negreiros. Muitos não aguentavam a viagem por causa das péssimas condições sanitárias, sem alimentação, água e ainda por cima acorrentados.

[...] os negros escravizados no Brasil provinham de muitas tribos ou reinos, com suas culturas próprias. Por exemplo: os iorubas, jejes, tapas, hauçás, entre os sudaneses, e os angolas, bengalas, monjolos, moçambique, entre os bantos. (FAUSTO, 1995, p. 51)

Ao chegar ao Brasil eram separados dos demais membros da sua tribo e eram levados ao mercado de escravos para serem vendidos, separavam-se os negros do mesmo local de origem para evitar problemas e que os mesmos não se juntassem contra o seu senhor. Separava-se, também, porque era mais fácil escravizar se eles não tivessem laços de parentesco ou tribo e não falassem a mesma língua. O cotidiano dos negros e das negras era perpassado pela exploração de sua força de trabalho, condições sub-humanas e violência, que era praticada não só pelos senhores donos de escravos como também por suas mulheres que maltratava as escravas, muitas vezes por ciúmes. Nas palavras de Freyre (2003):

Sinhás-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por

ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze a velhos libertinos. (FREYRE, 2003, p. 420-421).

Homens, mulheres e crianças negras viviam em senzalas, se alimentando de forma precária e sendo obrigados a trabalhar de forma intermitente. Eram vigiados por capatazes armados – muitas vezes negros - para que os mesmos não fugissem e quem contrariava as regras do seu senhor era punido, seja por agressões físicas ou proibições, tais como: ficar sem comer ou beber água. Ressaltamos que nem todos os escravos viviam na senzala e trabalhavam na agricultura, tinha os que trabalhavam na casa-grande realizando atividades domésticas, predominantemente praticadas por escravas e crianças.

Inúmeros cientistas, filósofos e pensadores criavam teorias para justificar a escravidão: -o negro como ser inferior por ter o cérebro menor (Freyre, 2003), -os negros como um povo sem alma e por isso sua adaptação física ao trabalho, -os negros como animais de carga. Dessa maneira, materializava-se a ideia que os negros não eram seres humanos e, portanto, não tinham *status* de indivíduo, o que os impediam de participar do contrato social como cidadão, já que eram compreendidos como propriedades e os seus donos podiam fazer o que quisessem com os mesmos, pois eram objetos nas mãos dos seus senhores. A violência no período escravocrata, com certeza foi bem mais cruel do que os relatos bibliográficos, afinal os negros eram tratados como animais, como escória da sociedade, e poucos constituíram relatos sobre sua condição e *lugar de fala*.

Fernandes (2008) ao discutir o período escravocrata aborda a relação entre escravidão e regime patriarcal e seus impactos para as mulheres brancas e não brancas, mas violentamente contra as mulheres negras, que inclusive sofriam estupros cotidianamente. Isto quer dizer que a escravidão para as mulheres representava ser um objeto, uma propriedade, ser força de trabalho, ser procriadora, ser ama de leite e ser objeto de satisfação sexual.

A violência sexual que as negras eram submetidas era tida como algo natural, uma vez que na sociedade patriarcal a mulher é vista como objeto, inclusive, tal ato era justificado pela falta de mulheres no início da colonização e necessidade dos homens de terem satisfação sexual. Como Freyre (2003) aponta as mulheres não serviam apenas como escravas, mas também como forma de suprir os desejos sexuais dos senhores de engenho e de seus filhos. As escravas, em muitos casos eram usadas para inserir o —senhorzinho na vida sexual.

Segundo Freyre (2003), na sua obra *Casa grande e senzala*, alguns senhores engravidavam suas escravas para aumentar seu número de escravos ou obter algum lucro vendendo-os.

[...] não faltou quem, confundindo resultado e causa, responsabilizasse a negra e seus *-strong sex instincts* e principalmente a mulata - *-the lascivious hybrid womam*" - pela depravação dos rapazes brancos. Entre nós, já vimos que Nina Rodrigues considerou a mulata um tipo anormal de superexcitada sexual; e até José Veríssimo, de ordinário tão sóbrio, escreveu da mestiça brasileira: -um dissolvente de nossa virilidade e moral. Nós, uns inocentinhos: elas, uns diabos dissolvendo-nos a moral e corrompendo-nos o corpo. (FREYRE, 2003, p.461-462)

É importante dizer que Gilberto Freyre tem uma visão romantizada dos processos de escravidão e de miscigenação no Brasil. Aqui, nos situamos em polo oposto a Freyre, ao entender que a violência foi característica marcante dessa época, principalmente, para as mulheres em virtude do patriarcado. Que produzia e reproduzia uma estrutura social desigual para homens e mulheres, onde os primeiros eram os provedores e as mulheres não dispunham de voz, participação política ou *status* de cidadã.

O sistema patriarcal se faz presente na prática da violência contra as mulheres; no turismo, tráfico e exploração sexual; no controle do corpo e de sua sexualidade; na participação desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho e no trabalho doméstico, bem como a precariedade e a flexibilização que atingem em maior medida as mulheres; nas desigualdades presentes na participação política, na feminização da pobreza, dentre outras expressões. (SOUSA, 2014, p.67)

Já no declínio do regime escravocrata e com a pressão do movimento abolicionista surgem algumas leis que mesmo de forma minimalista garantem direitos aos escravos, inicialmente as crianças e aos idosos: a Lei do Ventre Livre em 1871 e a Lei dos Sexagenários em 1885, que garantiam a —liberdade dos recém-nascidos e dos idosos com 60 anos. Ou seja, as crianças a partir dessa data não poderiam ser escravas e os idosos ganhavam a carta de alforria. Apesar de essas leis terem sido importantes não devemos esquecer-nos de mencionar seus limites, visto que as crianças eram —libertas, mas seus pais e mães continuavam sendo escravos, fazendo com que os filhos permanecessem nos engenhos e fazendas e, conseqüentemente trabalhando para os senhores. De outra parte, os idosos não conseguiam se inserir no mundo do trabalho e optavam por se manter como escravo, ou expulsos ocupavam lugares subalternos nas cidades.

A partir das pressões da Inglaterra para formação de força de trabalho livre, tivemos em 1888 a criação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, pondo fim esse regime de exploração como modo de trabalho. Esta foi efetivada diante da necessidade de incentivar a economia no país e dos países industrializados europeus, pondo fim ao trabalho escravo, regularizando o mercado de trabalho e inserção do modo de produção capitalista. Segundo Santos (2012) ocorreu justamente no momento de industrialização, surgimento das indústrias, onde o processo de trabalho seria completamente diferente e a atividade econômica não seria apenas baseada na agricultura.

A economia brasileira da época era agroexportadora, tudo que era produzido era vendido para o exterior. Esse cenário vem mudar com a forte industrialização dos países europeus, especialmente a Inglaterra que viu a necessidade de estimular o consumo dos seus produtos; o que pressupunha a liberação da força de trabalho brasileiro – para produção e circulação de mercadorias. Isso se consolida com o fim da escravidão e o início do trabalho assalariado no Brasil, em que os negros e negras foram excluídos e vistos como inaptos ao trabalho livre, assalariado e fabril. Como Santos (2012) relata os capitalistas brasileiros recorreram aos imigrantes europeus para trabalhar nas indústrias. O fato é que se acabou com a escravidão, não pensando exclusivamente nos direitos dos negros e na tão sonhada liberdade, a prova disso que depois da abolição os ex-escravos foram deixados à própria sorte.

Schwarcz (2012, p. 71) afirma que: “[...] a maneira como haveria se dado a abolição não teria colaborado para que os libertos atuassem de maneira civil e política, lutando por seus direitos”.

Nessa nova economia capitalista os negros não seriam escravos, mas também não seriam incluídos nos setores da produção industrial capitalista, e sim nos trabalhos informais, braçais, domésticos, precários, e de outra parte seguiam como consumidores dos produtos capitalistas.

Numa conjuntura em que o processo de constituição capitalista se efetivava o trabalho assalariado se coloca numa direção essencialmente deformada e excludente de valorização do trabalhador branco (o imigrante europeu) como símbolo de redefinição social e cultural do trabalho no país. Daí porque a constituição do capitalismo imprimiu nessa lógica a discriminação como insígnia do modo de produção baseado no trabalho livre. (MARTINS, 2012, p. 456)

Como foi mencionado anteriormente, a abolição não garantiu direitos aos negros, muito pelo contrário deixou-o à margem da sociedade. E não muito

diferentemente da época da escravidão, as mulheres negras continuaram sendo subjugadas e exploradas, principalmente em relação ao trabalho e ainda exerce trabalhos domésticos não muito diferente da época escravocrata. É comum negros nesse papel, sobretudo as mulheres.

A escravidão acabou, mas suas heranças estão presentes no cotidiano e nas experiências de vida das mulheres negras e no centro dessas experiências temos o capitalismo que se manifesta através da imensa capacidade que têm as classes dominantes, em todos os períodos históricos, de incorporar, até onde forem possíveis, os privilégios que lhes são próprios. A atual situação da mulher negra é fruto de raízes históricas, cujo ideologia vigente ainda determina que o lugar da mulher negra seja a cozinha e o cuidado do lar. (PEREIRA, 2011, p.5)

A realidade é que os negros foram libertos do regime de escravidão, porém ficaram sem lugar para trabalhar na formalidade, inclusive migrando das fazendas para os centros urbanos em busca de trabalho. Porém, nos centros urbanos os únicos trabalhos considerados aptos aos negros eram os trabalhos informais, domésticos, precarizados, braçais e os negros que permaneceram no interior, continuavam trabalhando nas fazendas quase em regime de escravidão e se submetendo a todo tipo de trabalho.

[...] -o lugar do negro no mercado de trabalho, ou seja, o negro passa a ser visto preponderantemente na desocupação, na informalidade e nas ocupações com precárias relações de trabalho. Assim, fazendo-se evidentes no cenário brasileiro após a constituição do trabalho livre, a desocupação e o trabalho precário, com que o negro se depara, se constituem expressões das estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital daquela fase histórica do capitalismo. Enquanto possuidor da mercadoria força de trabalho, os negros, a partir da transformação da ordem social, começa a competir com a força de trabalho imigrante (MARTINS, 2012, p.457).

Nesse contexto, de aumento da população negra na cidade acontece também a expansão dos subúrbios e a formação das primeiras favelas e cortiços, pois os mesmos moravam longe dos centros urbanos e estes não eram acessíveis à população não branca. Esses conglomerados surgiram diante da dinâmica da época, os negros não tinham trabalho formal e, conseqüentemente, dinheiro para se manterem e pagar moradia, portanto, o que lhes restava eram os lugares periféricos.

A formação das favelas ou periferias aconteceu concomitante a ausência do Estado nesses espaços, e posteriormente, com a falta e precariedade de políticas públicas e ações que apoiassem os negros que estavam passando por um processo

de transição deixando de serem escravos para ser -libertos, realidade que permaneceu nos séculos posteriores.

Com o tempo as favelas começam a crescer e por não ter o apoio do Estado às condições de vida, saúde e higiene se tornaram precárias. As favelas se constituem, pois como um conglomerado de casas, barracos e casebres sem saneamento básico, educação, higiene, saúde e em meio à violência. De outra parte, a única iniciativa do estado se dava por meio de represália, diante de uma série de problemas: como aumento da violência, criminalidade e da miserabilidade. Aqui, fica explícito a relação imbricada da periferia e a violência policial do Estado, presente até a contemporaneidade.

Visto que, a pobreza está relacionada ao desemprego, e ambas são expressões da —questão social¹, que se agravaram devido à forma como os negros foram tratados ao se tornarem ==livres e não terem espaço de inserção no trabalho assalariado.

Esse processo foi marcado tanto por uma ausência de políticas públicas em favor dos ex-escravos e à população negra livre, como pela implementação de iniciativas que contribuíram para que o horizonte de integração dos ex-escravos ficasse restrito às posições subalternas da sociedade. Cabe lembrar que tal processo encontrava-se largamente amparado, como já indicado anteriormente, pela leitura predominante da questão racial no Brasil, segundo a qual, a questão do negro se referia não apenas à sua substituição como mão-de-obra nos setores dinâmicos da economia, mas à sua própria diluição como grupo racial no contexto do nacional. (THEODORO, 2008, p.33)

O aumento da população urbana potencializou também a pobreza e a desigualdade social, pois —a ideologia do Brasil moderno, do progresso e do crescimento, não comportava a visão do pobre, sobretudo do pobre negro (THEODORO, 2008, p.39). Concomitante a essa ocupação das favelas pelos negros, está se processando a constituição das políticas sociais, em que o Estado passa a intervir nos problemas sociais por meio de política pública, a questão social deixa, portanto, de ser tratada como caso de polícia.

No final do século XIX, grandes mudanças, tais como crescimento demográfico, desenvolvimento da economia cafeeira, início da industrialização, libertação dos escravos e incremento da migração,

¹ Para Yamamoto a -questão social é um conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (2001, p.10)

ocasionaram a expansão dos centros urbanos e o aumento dos cortiços, que se tornaram a principal alternativa de moradia para a população mais pobre. As construções de cortiços de aluguel cresceram, provocando o agravamento das condições sanitárias e exigindo a intervenção do Estado. (DENALDI, 2003, p. 9)

A partir do momento que a questão social deixa de ser tratada como caso de polícia, surge as políticas públicas com caráter assistencialista e caritativo, baseado na ajuda aos pobres. Porém, as ações do governo nas favelas continuam se processando a partir do controle do crescimento das favelas, na constituição de formas de acabar com as favelas e na violência policial. Desta forma, o Estado interviu procurando formas de controlar e não de resolver de fato os problemas. Temos aí, a constituição de uma cidadania de segunda categoria para população negra.

Os programas oficiais de governo não atenderam os moradores de favela e a 'erradicação' delas foi a solução apontada. Algumas experiências de urbanização foram realizadas com o apoio de instituições não-governamentais, principalmente aquelas ligadas à Igreja católica, mas estas não alteraram as estruturas e diretrizes institucionais relacionadas com a favela. (DENALDI, 2003, p.14)

Um dado relevante é que esse estigma em relação a favela se perpetua até os dias atuais, inclusive porque lá estão majoritariamente segmentos populacionais negros, e por isso se produz e reproduz o preconceito com quem vive nas favelas. É nesse contexto que Guimarães (2012) vai falar da relação de classe e raça e que ambos se entrelaçam, a condição social é um marcador que junto com a cor da pele amplia as desigualdades raciais e por sua vez propaga ideais racistas.

-Preto rico no Brasil é branco, assim como branco pobre é pretoll, diz o dito popular. Não se -preconceituall um vereador negro, a menos que não se saiba que é um vereador; só se discrimina um estrangeiro igualmente negro enquanto sua condição estiver pouco especificada. (SCHWARCZ, 2012, p. 32)

O preconceito e a criminalização eram voltados para os moradores das favelas, aos pobres que se não bastasse viver em péssimas condições eram julgados pela sociedade. Não apenas criminaliza o seu território como também sua cultura, crenças religiosas, etc.

Ressaltamos que os negros são vítimas de preconceito, independente da classe social, pois o mesmo está vinculado à cor de pele e não a situação econômica.

A criminalização da cultura negra continuou mesmo com a abolição, os negros foram impedidos de praticar sua cultura e crenças religiosas, pois, seus costumes e crenças não eram visto com bons olhos. Esse estigma se perpetuou por várias décadas e até hoje muitas expressões culturais são vistas como prática exclusivamente de negros, tais como a capoeira, o *hip hop*, o *rap*, mesmo com a inclusão dessas práticas culturais à cultura brasileira. É preciso ressaltar que muitas das expressões culturais trazidas pelos africanos, foram incorporadas na cultura brasileira, como o samba, por exemplo, entretanto, há um apagamento em relação a seus idealizadores, no que muitos autores denominam de *apropriação cultural*. O fato é que tudo que era referente aos negros no período de escravidão e pós-abolição foi criminalizado, não só o negro enquanto sujeito, como também a cultura africana e dos afrodescendentes. Um exemplo disso é que as crenças, as manifestações culturais e religiosas deixaram de ser proibidas no início do século XX e hoje essas manifestações mesmo fazendo parte da cultura nacional, não deixaram de sofrer os impactos do racismo.

[...] a partir dos anos 1930, no discurso oficial -o mestiço vira nacionall, ao lado de um processo de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados. [...] A capoeira — reprimida pela polícia do final do século passado e incluída como crime no Código Penal de 1890 — é oficializada como modalidade esportiva nacional em 1937. Também o samba passou da repressão à exaltação, de -dança de pretoll à -canção brasileira para exportaçãoll. Definido na época como uma dança que fundia elementos diversos, nos anos 1930 o samba sai da marginalidade e ganha as ruas, enquanto as escolas de samba e os desfiles passam a ser oficialmente subvencionados a partir de 1935. (SCHWARCZ, 2012, p.58-59)

Até hoje, os resquícios do passado são visíveis, a desigualdade racial e o preconceito ainda são problemas gravíssimos, e ainda se perpetua a relação de trabalho doméstico, precarizado e informal aos negros, como também profissões com menos prestígio social, sem esquecer-se de mencionar a inferioridade dos salários.

1.2 Conceito de raça e os movimentos negros

“Caras pretas aprendendo
Quebrando a sina do engenho
Ensinando ao país da felicidade
A porta da frente é igualdadell. (Aline Djokic)

A partir do entendimento do processo de escravidão no Brasil e dos impactos deste para a população negra, refletiremos sobre o conceito de raça e sua apropriação pelos movimentos negros.

Ao falar de raça nos remetemos logo ao seu conceito inicial que é pensar distinção de pessoas, separá-las de acordo com a cor da pele. Se procurarmos no dicionário uma definição para raça, o conceito está associado ao conjunto de fatores hereditários como cor da pele, tipo de cabelo, entre outros. Utilizar o termo em um país tão miscigenado como o nosso é muito complexo, visto que a população brasileira é uma mistura de várias raças e etnias, com preponderância dos negros. Porém, não tem como discutir racismo sem usar o termo, uma vez que foi justamente com a separação do branco e do negro que se originou a desigualdade racial, portanto, o uso do termo é um uso político e de resistência do povo negro.

Destaca-se que com o fim da escravidão se alastrou no Brasil a ideia do branqueamento, seja com a imigração dos europeus para o Brasil ou a partir da lógica da miscigenação e da simbologia em torno da —supostall democracia racial. A ideia do branqueamento não se sustentava no casamento entre brancos, estava vinculada também a cultura e a seu apagamento. Nessa égide os negros querem se tornar brancos por causa da discriminação e do preconceito sofrido, os mesmos desejam ter os mesmos traços genéticos dos brancos, como por exemplo: os cabelos lisos, os nariz mais finos, os traços mais finos. E a partir dessa lógica passam a esticarem o cabelo, negar suas vestimentas, sua cultura, entre outras coisas. Isso se reflete até os dias atuais, pois cabelos crespos ou muito cacheados não são vistos com bons olhos, é normal a pessoa que tem cabelo crespo ouvir alusões pejorativas, tais como: —porque você não alisa esse cabelo ficaria bonitoll, —cabelo pixaimll, —cabelo ruimll, entre outras. Ou seja, a questão do branqueamento não estava ligada apenas ao casamento tanto é que negro também queria ser branco, pois só o branco tinha valor.

A utilização do conceito de raça tem levantado muitas questões no interior das ciências sociais e dos movimentos negros. Para Schwarcz:

Raça é, pois, uma categoria classificatória que deve ser compreendido como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais – assim como o são fantasias, mitos e ideologias – como exerce influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidade coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosa. (SCHWARCZ, 2012, p. 34)

Guimarães (2012) aponta que muitos autores, incluindo Paulo Gilbory é contra a utilização do termo -raça e apontam a necessidade de superá-lo, pois o mesmo não se aplica a atual conjuntura e está entrelaçado as ideias racistas. Já Guimarães (2012) discute a utilização da terminologia pelo movimento negro na luta contra o racismo e pela a igualdade racial e defesa de seus direitos.

Para obterem reconhecimento, viram-se forçadas a recrudescer o discurso identitário, que resvalou para a reconstrução étnica e cultural. [...] Assim a retomada da categoria raça pelos negros correspondeu, na verdade, à retomada da luta antirracista em termos práticos e objetivos (GUIMARÃES, 2012, p. 51).

Guimarães (2012, p.61) também discute o conceito de -raça defendido pela biologia.

[...] o conceito de raça, tal qual fora utilizado pela biologia do século XIX, era empregado para explicar as diferenças culturais entre os povos e o modo subordinado com que foram incorporados ao sistema mercantil global pela expansão e conquista europeia.

Schwarcz (2012) ao discutir -raça relaciona a mesma a questão de classe e poder aquisitivo onde a sua cor depende da sua classificação social.

Afinal, estabelecer uma -linha de corll no Brasil é ato temerário, já que esta é capaz de variar de acordo com a condição social do indivíduo, o local e mesmo a situação. Aqui, não só o dinheiro e certas posições de prestígio embranquecem, mas, para muitos, a -raça, transvestida no conceito -corll, transforma-se em condição passageira e relativa. (SCHWARCZ, 2012, p.32)

O termo raça está entrelaçado à questão do preconceito e do racismo, pois o mesmo era usado como forma de classificar e separar as pessoas entre brancos e negros, e também forma de inferiorizar os negros. Tanto é que os movimentos negros utilizaram desse conceito para lutar por seus direitos. Portanto, como já mencionamos, o uso do termo raça tem a ver com o campo da política e da luta antirracista e por isso é defendido pelos movimentos negros.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, que pune crimes de preconceito ou discriminação seja de cor, religião, etnia, etc.; praticar racismo é crime e como tal é cabível de pena. Todavia, mesmo com a criação dessa lei os casos racismo e injúria racial tem se propagado atualmente no cotidiano, nas mídias, nas políticas sociais, nos símbolos sociais enfatizando assim que as pessoas estão denunciando os casos e buscando ser tratados de forma igualitária; isso é reflexo da luta do negros por seus direitos.

Cabe afirmar, que a história dos negros é a história das suas múltiplas resistências e de sobrevivência. Embora o período de escravidão tenha sido marcado pela a violência e crueldade, alta jornada de trabalho, compreensão dos negros como animais dispostos a sempre obedecer, os negros sempre resistiram e lutaram contra a escravidão desde o momento que foram capturados na África. No período escravocrata muitos negros fugiam dos seus senhores por não se conformar com a situação em que foram submetidos, em serem tratados como animais, os mesmos fugiam para as florestas e lugares de difícil acesso, conformando *quilombos*. Um dos quilombos que se destacou bastante foi o dos palmares que teve como líderes Zumbi e Dandara, que são até hoje símbolos das lutas por liberdade. Zumbi dos Palmares lutou até o fim de sua vida pela a liberdade, ganhou notoriedade por ter sido uma figura importante no período colonial na luta pela liberdade e fim da escravidão.

A luta pelo o fim da escravidão no decorrer dos anos ganhou forças e aliados não apenas negros, e aqui é preciso destacar o movimento abolicionista. Segundo Schwarcz,

O movimento abolicionista foi ganhando força a partir dos anos 1870, e conheceu de grupos mais legalistas (nos quais se destaca o nome de Joaquim Nabuco) até facções mais radicais como os Caifazes, que queriam a libertação imediata e sem o apoio constitucional. O movimento também conheceu grandes líderes e poetas como Luís Gama — ex-escravo, advogado e autor de poemas que denunciavam as manipulações da cor no Brasil. (SCHWARCZ, 2012, p. 41)

Não é um movimento novo, pois o mesmo existe desde a escravidão, embora que naquela época o mesmo não era tão articulado, mas isso não impossibilitou sua luta. Os negros enfrentaram e ainda enfrentam uma luta ferrenha pela igualdade de direitos, fim do preconceito racial e por melhores condições de vida e direitos sociais.

Como já aludimos, o movimento negro não surge pós-escravidão, mas no período escravocrata, porém não era um movimento tão organizado, em virtude das condições de exploração e opressão em que os negros viviam e dos poucos brancos que se colocavam na luta anti-escravista. Um desses movimentos foi o movimento liberal abolicionista que tinha como bandeira acabar com a escravidão. Outros movimentos conhecidos foram à Frente Negra Brasileira, com a publicação de artigos em jornais denunciando os maus tratos aos negros.

Outro movimento foi o Movimento Negro Unificado (MNU) que surgiu em 1978 tendo sua bandeira de luta o fim do racismo, e conseqüentemente, da discriminação racial.

No Programa de Ação, de 1982, o MNU defendia as seguintes reivindicações -mínimas!: desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país. (DOMINGUES, 2007, p. 114)

Racismo esse que muitas vezes acontece de forma velada, foi justamente uma das lutas do movimento, mostrar para o Estado uma realidade que o mesmo negava. Para o estado a desigualdade racial não existia, e o MNU desmascarou essa visão de que não existe segregação racial no Brasil.

[...] o Movimento Negro Unificado, assim como as demais organizações, priorizavam sua luta a desmistificação do credo da democracia racial, negando o caráter cordial das relações raciais e afirmando que, no Brasil, o racismo está entranhado nas relações sociais. (GUIMARÃES, 2012, p. 56)

Durante todos esses anos de luta e movimentos em defesa da igualdade racial e fim do racismo teve muitas figuras ilustres que levantaram essa bandeira como, por exemplo: Nelson Mandela, Martin Luther King. Hoje temos vários movimentos que lutam pelos direitos da população negra, por exemplo, as comunidades remanescentes de quilombo que lutam pelo seu reconhecimento e direitos que foram negados aos seus ancestrais. Um dos principais objetivos dos militantes, nesse atual contexto histórico é a luta contra racismo, pois cada vez as ideias racistas tem se propagado na nossa sociedade. Principalmente por meio das redes sociais, mídias e meios de comunicação que embora algumas vezes ajude a combater, também é responsável por propagar.

O movimento negro brasileiro, especialmente a partir da década de 1970, vem pressionando o Estado para a implementação de políticas de combate à discriminação racial. Ainda que de maneira tímida e com caráter pouco abrangente, algumas medidas foram implementadas. (LOPES, 2006, p.15)

É importante salientar também que as mulheres negras tiveram e ainda tem grande participação nos movimentos, não apenas como membros, mas como militantes ativas na luta, articulando as lutas antirracistas, anti-patriarcal e anticapitalista.

As mulheres negras, hoje, ocupam um espaço na militância política, atuando nas comunidades-terreiro, na articulação política, nos partidos, nas ONGS, nos projetos educacionais. Podemos dizer que a questão de gênero só passou a ser pautada como uma forte preocupação da prática e das questões do movimento negro devido à pressão das mulheres negras. Estas têm exercido uma luta contínua não só no interior da comunidade negra, mas no debate com o Estado para a implementação de políticas públicas de saúde, emprego e educação que contemplem a articulação entre raça e gênero. (GOMES, 2011, p. 141-142)

A luta por igualdade de direitos é diária, os negros e, principalmente, os negros pobres não tem as mesmas oportunidades que os demais, o fato é os negros serem minorias nas universidades e até hoje serem associados a trabalhos domésticos e pesados. Ser minoria vários setores da sociedade, nos cargos de superiores nas empresas. É um movimento que lutou e luta pelos seus direitos, mas que nos últimos anos tem conquistado vários direitos e alguns de suas pautas têm sido atendidas pelo estado.

Esse reconhecimento político tem possibilitado, nos últimos anos, uma mudança dentro de vários setores do governo e, sobretudo, nas universidades públicas, como, por exemplo, o processo de implementação de políticas e práticas de ações afirmativas voltadas para a população negra. (GOMES, 2011, p. 135)

É por meio de luta, que a população negra tem conquistado seus direitos como as políticas públicas e criação de leis que garante o direito ao negro. Uma dessas conquistas foi em 2003 a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Outro avanço foi às políticas públicas, a lei de cotas só vieram surgir depois de muita luta do movimento negro, como a lei de cotas para inclusão de negros nas universidades federais.

CAPÍTULO II – INSERÇÃO DOS NEGROS NO ENSINO SUPERIOR

2.1 Questão dos negros e a universidade

-Digam ao povo brasileiro
que meu sonho era ser escritora,
mas eu não tinha dinheiro
para pagar uma editorall (Carolina Maria de Jesus)

Historicamente a universidade brasileira foi destinada aos filhos da elite, já que os pobres não tinham acesso à educação e muito menos ao ensino superior. Antes do surgimento das universidades no Brasil, os filhos dos senhores de engenhos iam estudar no exterior, e posteriormente com a chegada das primeiras universidades ao país a mesma continuou sendo espaços apenas dos ricos, inclusive conservando o caráter elitista até hoje.

A realidade impelia os jovens pobres a concorrer de forma desleal com os advindos de escolas privadas e com recursos múltiplos no campo da cultura e da arte, por outro lado, o Estado pouco investia no ensino público.

Essa realidade vem mudar no governo de Lula, que ficou conhecido como um governo popular democrático, que mesmo que de forma minimalista buscou diminuir a desigualdade social e racial com a criação de políticas públicas que atendesse o interesse das minorias étnico-raciais. Foi um governo que atendeu os interesses da burguesia e da classe trabalhadora ao mesmo tempo. Os programas instituídos por Lula no âmbito da educação democratizou o acesso às universidades e hoje o pobre e o negro tem oportunidade de cursar o ensino superior.

Nos anos 2000, mas necessariamente no governo de Lula, acontece a expansão das universidades, em especial as privadas, as faculdades à distância e criação de universidades no interior dos Estados. Com isso criou o PROUNI (Programa Universidade para todos), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que impulsionou essa ampliação das universidades privadas e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) para viabilizar a expansão das universidades federais e tendo como meta garantir o acesso e permanência. O PROUNI e o FIES são programas implementados pelo governo para financiar bolsas de estudos para os estudantes que ingressam no setor privado.

O Prouni, criado pelo governo Lula em 2004, que visa a atender as universidades privadas, tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo (integrais ou parciais) não apenas em cursos de graduação, mas também em cursos sequenciais. As instituições de ensino superior privado que aderem ao programa recebem isenção de tributos. (GUERRA, 2010, p. 727)

Com esses programas universidades deixam de ser centralizadas apenas nos grandes centros urbanos popularizando assim o acesso. A universidade abre espaços para novos sujeitos sociais. Essa expansão foi fruto das ações e programas criados pelo governo na busca de democratizar o ensino superior e diminuir a desigualdade social que assola o nosso país, e também da necessidade de qualificar a força de trabalho. Visto que o governo defendia uma postura neodesenvolvimentista e a economia estava crescendo, causando também um aumento das universidades privadas principalmente com a criação do PROUNI e FIES, que passa a atender a classe capitalista e os estudantes. Segundo Guerra (2010, p. 722) a educação e os programas sociais se tornou uma mercadoria de lucro para o estado, coaduna portanto com a -mercantilização das políticas sociais transformando usuários em consumidores dos serviços sociais mercantis. E nesse contexto surge à ampliação das universidades à distância, a mesma vista como uma mercadoria que vale a pena investir, o retorno financeiro é garantido, a educação se torna cada vez mais precarizada.

É dentro dessa lógica de precarização e a banalização da oferta que surgem os cursos a distância, que não se destacam pela utilização de novas tecnologias, senão pelo uso de material sucateado e de má qualidade, comprometendo inteiramente o perfil de profissional que se deseja. O ensino a distância oferecido pelas universidades privadas são os novos nichos de mercado cobiçado por empresários de vários setores nacionais e estrangeiros. (GUERRA, 2010,p 728)

Salientando que a expansão ocorreu de forma desorganizada, o governo os programas para a ampliação e democratização das universidades, mas não deu subsidio. Expandiu as universidades federais por meio do programa REUNI, ampliando os números de vagas, porém em contrapartida as universidades não tinham estrutura física e nem corpo docente suficiente.

Sobre esse programa, convém considerar que o governo vem promovendo a expansão de vagas sem a devida infraestrutura necessária e, em alguns casos, sem provimento de concursos públicos para docentes e pessoal técnico-administrativo, gerando sérios problemas, tais como: salas superlotadas, falta de espaço físico adequado e de carteiras para os alunos, aumento da carga horária docente e da exploração da sua força de trabalho, preocupação restrita ao atendimento de metas de produtividade em detrimento da qualidade. (GUERRA, 2010, p.727)

Com isso percebemos que, embora a expansão tenha permitido a entrada de jovens negros e pobres na universidade, o mesmo também acabou afetando a qualidade do ensino superior. Destacando que não estamos negando a importância desses programas, mas sim evidenciando suas fragilidades.

Já que as universidades públicas foram e infelizmente ainda são espaços das elites, cursar ensino superior era uma conquista sem precedentes para jovens negros e pobres, devido à desigualdade de condições.

Foram justamente os negros os primeiros a denunciarem, como discriminação, o relativo fechamento das universidades públicas brasileiras aos filhos de famílias mais pobres, que, na concorrência pela formação em escolas de 1º e 2º grau, eram vencidas pelas classe média e alta. (GUIMARÃES, 2003, p. 251)

Segundo Guimarães (2003) foram os jovens negros que encabeçaram a luta para ter acesso à universidade, com o apoio de outros movimentos populares que também lutava por seus direitos entre eles uma educação de qualidade.

O reconhecimento da desigualdade racial possibilitou - a partir das lutas encampadas pelo movimento negro- a constituição de legislações para combater e punir o racismo e suas expressões. Aqui, teremos a incorporação do racismo como crime inafiançável na Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Igualdade Racial em 2010 e as leis de cotas. É importante dizer que as leis são fundamentais para enfrentar a problemática do racismo mais tem limites, pois não se muda estruturas sociais, simbólicas e econômicas via devotos de Estado.

Como mencionado no capítulo anterior os negros foram excluídos, e isso reflete atualmente, ao analisar os dados e perceber que os negros ainda são minorias nas universidades e em cargos mais elevados como apontam pesquisas.

Em 2010, dos pouco mais de 180 mil funcionários públicos estatutários que ocupavam posições de diretores e gerentes, a maioria era branca: 64,1%. Os pretos e pardos, 34,8%. Entre os profissionais das áreas científicas e intelectuais (1.600.486 estatutários), a participação de negros subia para 37,6%. Mas especificamente entre os médicos, esta proporção não chegava a um quinto, equivalendo a 17,6% do total. [...] Entre os professores universitários, não alcançava um terço do total. [...] Entre os profissionais técnicos e de nível médio correspondiam a 44,5%. Já entre os empregados em ocupações elementares, o percentual era de 60,2%, aumentando entre os coletadores de lixo e de material reciclável: 70,2%. (OLIVEIRA, 2014)

Esses dados são reflexos da desigualdade racial, visto que os negros são minorias no ensino superior e principalmente os que se encontram em vulnerabilidade social.

Com o acirramento dos debates sobre a desigualdade social e racismo, e no momento em que país de fato assume que existe uma desigualdade social gritante, algumas medidas reparatórias são tomadas e uma dessas medidas é a criação da Lei de cotas para negros.

É no governo de Fernando Henrique Cardoso que as ações afirmativas ganham notoriedade do Estado como bem afirma Guimarães (2003). A partir daí o governo passa a dar maior visibilidade ao assunto, pois o mesmo passa ser questionado por respostas. Para alguns setores do governo até meados da década de 1990 não existia desigualdade racial e servia de posicionamentos contra as ações afirmativas. Inclusive, em virtude da racismo as políticas afirmativas são extremamente questionadas pela maior parte da sociedade.

As políticas de cotas é uma política afirmativa que destina um percentual de vagas para determinado público, que por alguma condicionalidade histórica é minoria em determinados espaços. E a mesma surge com a finalidade de garantir esse acesso, de incluir os que estão sendo excluídos.

É por meio das políticas de ações afirmativas, principalmente as políticas de cotas e outras ações que os negros estão tendo oportunidades de cursar o ensino superior. A política de cotas possibilitou que o jovem negro chegasse à universidade e tivesse a chance se graduar e lutar por melhores condições de vida, isso foi um dos frutos da luta dos negros pelo seu direito.

Pressionado pelo movimento negro, o governo brasileiro, ainda sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, iniciou uma série de ações para o desenvolvimento de políticas de ações afirmativas voltadas para a população negra brasileira, as quais se intensificaram no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (LOPES, 2006, p.16)

Apesar de ainda ser minoria, é graças às políticas de ações afirmativas essa realidade vem mudando, pois o negro agora tem ferramentas e subsídios que possibilite não apenas a sua inserção no ensino superior com também sua permanência.

O sistema de cotas sem outras ações que auxilie na permanência do estudante na universidade não funciona, a prova disso é que o aumento do número de universidade democratizou o ensino, mas em compensação existia um alto número de abandono dos alunos por não terem condições financeiras de se manter no campus universitário.

Era comum você escutar histórias de jovens que largaram o ensino para trabalhar ou então aquela frase que —faculdade não é para pobrell, a situação socioeconômica era e ainda é um dos elementos que interfere na inserção de jovens nas universidades.

Mesmo com a criação das cotas e outras ações afirmativas a população negra ainda continua minoritária nas universidades. —Apesar de representar quase metade da população brasileira, apenas 14,38% das pessoas com nível superior completo são negrasll (LOPES, 2006, p.11).

A defasagem no ensino público do país é um dos vários motivos que dificulta a inserção dos jovens de baixa renda, pois o mesmo concorre com estudantes advindos de escolas privadas que oferece melhores condições de ensino. E com os negros não seria diferente, advindos de escolas públicas, sem condições objetivas para permanecer nas escolas em alguns casos para terminar o ensino médio quanto mais se inserir na universidade, é gritante a desigualdade não só racial como social.

A crise educacional brasileira, inclusive o acesso restrito de negros ao ensino superior, a má qualidade da escola fundamental pública e a grande desigualdade racial em todos os níveis de ensino já eram amplamente discutidas nos meios intelectuais e políticos quando o governo social-democrata de Fernando Henrique tomara posse em 1995. (GUIMARÃES, 2003, p. 253)

Os negros lutaram pela democratização do ensino superior, que com as cotas podem propiciar essa inserção.

Em face da iniquidade do sistema público de educação básica e do difícil acesso de estudantes negros de baixa renda e provenientes de escolas públicas, as cotas representam uma forma de ação afirmativa que aumenta a possibilidade de acesso ao ensino superior. (BAYMA, 2012, p. 338)

Porém, não é só devido ao péssimo ensino público básico que os negros são minoria nas universidades e outros espaços da sociedade, isso também está relacionado ao preconceito que dimensiona os negros enquanto trabalhadores braçais. Pois ainda existe aquele estigma de profissão de negro e branco, por exemplo, numa turma de medicina geralmente a maioria da turma é branca e vem da classe média ou são ricos. E a minoria que adentra esses espaços é vítima de preconceito, excluída e ao se tornar profissional essa continua sendo sua realidade. É possível visualizar isso nos relatos de racismos feitos pelos médicos, em que pacientes se recusaram a serem atendidos por médicos negros, em contrapartida aceita que os mesmos sejam seus empregados. Perpetuando a lógica da época da

escravidão de que o negro não pode ter direitos, materializando a distinção entre Casa grande e senzala na contemporaneidade.

Frisando também que a pouca inserção do negro no ensino superior é um dos fatores que contribui para o negro ainda ser maioria em trabalhos informais e empregos de baixa remuneração. Segundo Martins (2012) esse problema está associado à lógica do capital que fundamenta a lógica da desigualdade social, que se articula a desigualdade racial e de gênero.

Um dos problemas para analisar a questão dos números de negros na universidade é a falta de dados em relação a cor de pele dos alunos.

O problema de acesso do negro brasileiro às universidades é também um problema de sua ausência nas estatísticas universitárias. Até dois anos atrás (2000), não havia em nenhuma universidade pública brasileira registro sobre a identidade racial ou de cor de seus alunos. Só quando a demanda por ações afirmativas para a educação superior fez-se sentir é que surgiram as primeiras iniciativas, na forma de censos e de pesquisas por amostra, para sanar tal deficiência. (GUIMARÃES, 2003, p.256)

Esse cenário vem se transformando mesmo que a passos lentos e muitos jovens hoje têm oportunidade de cursar o ensino superior. Nos últimos anos o governo tem investido mais em políticas que além de garantir o acesso proporcione também à permanência do aluno na universidade. Em 2013 foi criado o Programa Bolsa Permanência que visa garantir a permanência dos estudantes de baixa renda, os indígenas e os quilombolas.

É importante dizer que o golpe formalizado pelo ilegítimo presidente Temer precarizou as políticas sócias e de forma mais contundente as direcionadas a universidade e as políticas afirmativas; inclusive com ofensas para redução de gastos com a universidade que impactou diretamente a assistência estudantil.

2.2 Leis de cotas, assistência estudantil e os impactos para a universidade

O pensamento; a sua arma.
A liberdade; a sua causa.
Sua felicidade... A igualdade entre raças. (Billy Nelson)

É sabido que o preconceito e a desigualdade racial ainda se perpetuam, e que um negro principalmente um que mora em periferia não tem as mesmas oportunidades que os demais. E no tocante ao ensino é que essa realidade se faz mais presente, nas universidades o negro ainda é minoria, isso acontece devido o processo sócio histórico pós-abolição, que segregou as raças.

É nesse contexto que o sistema de cotas se fez presente e necessário diante da desigualdade tanto social como racial que prevalece no país, e o mesmo se fez necessário para incluir os excluídos e garantir mesmo que de forma minimalista a igualdade de direito. Seu objetivo é destinar um percentual das vagas para determinado grupo da sociedade, no caso mencionado aqui para os negros. A reserva de vagas busca garantir mesmo que de forma precária a inserção dos jovens negros a universidade, é uma política de reparação sócio histórica.

A discussão sobre as cotas entre em cheque no governo de Fernando Henrique Cardoso, devido à pressão dos movimentos sociais, e principalmente, do movimento negro e se reforçam no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Como já foi citado as cotas raciais foram institucionalizadas em 2012, porém antes da mesma temos a criação de outras ações afirmativas como o PROUNI, criado em 2004 com finalidade de permitir a inserção de estudantes ao ensino superior privado. Em 2013, teve a criação do projeto de cotas raciais para o serviço público, que se institucionalizou mediante a Lei 12.990 de 2014, a reserva de 20% oferecidas em concurso públicos aos negros.

No âmbito das instituições de ensino superior e institutos federais, atualmente têm as cotas raciais e as cotas para alunos advindos de escolas públicas de baixa renda. Na particularidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) desde 2009 há destinação de um percentual das reservas de vagas para estudantes oriundos de assentamentos da Reforma Agrária.

Diante da desigualdade racial já mencionado no capítulo anterior, a Lei nº 12.711/ 2012 de cotas raciais foi criada e desde então a mesma já gerou bastante polêmica. Parte dessas polêmicas se estrutura em esquemas racistas de pensamento. Portanto, apregoam que é institucional, que não atingem todas as pessoas, que segregam e inferiorizam os negros e acaba beneficiando uns e excluindo os outros. Esses posicionamentos acontecem pela falta de conhecimento sobre como e o que é as políticas de cotas e pelo racismo. Um dos pontos questionados por pessoas contrárias às cotas é, que as mesmas ao tentar incluir acabam excluindo e, dessa forma que as mesmas ferem o artigo 5º da Constituição Federal que diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988)

É com base neste artigo, que os contrários às cotas as classificam como injustas e que sua institucionalização garante direitos a uns e outros não.

Ora, as cotas ofendem o direito a tratamento igual no sentido literal, pois são justamente um tratamento diferenciado para negros, pobres e índios. De acordo com essa interpretação, as cotas ofenderiam o direito dos brancos de serem julgados por seus méritos individuais como todos os outros. Logo, as cotas seriam injustas. (FRIAS, 2012, p.133)

O debate sobre cotas é muito complexo, principalmente no que tange às universidades, uma vez que tem que analisar uma série de elementos, entre eles podemos citar: a qualidade do ensino básico e a diferença entre ensino público e privado, desigualdade salarial, já que os negros estão alocados em postos de trabalhos precarizados, braçais e informais. Ao instituir o sistema de cotas o posicionamento do Estado era que a mesma é uma medida temporária com a finalidade de corrigir a dívida histórica com os povos negros, ou seja, uma política compensatória, como por exemplo, as cotas para deficientes físicos, que não tem a mesma rejeição.

Merece realce o caráter temporário das cotas, enfatizado pelos ministros da Corte Suprema, e o entendimento de que, apesar das ações afirmativas não serem a melhor opção, representam uma etapa necessária até que se construa uma sociedade mais igualitária (BAYMA, 2012, p. 342).

Portanto, as cotas tanto raciais como sociais foram criadas com a ideia de incluir os jovens negros e pobres na universidade, tendo o caráter reparatório. E como as políticas sociais a mesma inclui e exclui ao mesmo tempo, inclui os jovens que se encaixa nesse perfil e exclui os demais que adentraram na universidade em outras vagas e de outras formas. Sem esquecer-se de frisar que é comum ocorrer dos alunos que entram por cotas serem vítimas de racismo, pois são compreendidos como sem capacidade de entrar pela concorrência geral.

A política de cotas é um mecanismo que auxilia no ingresso do estudante a universidade, mas não dá subsídio para sua permanência, é necessário, portanto, programas e ações que evitem a evasão de discentes por falta de condições financeiras, por se encontrar em vulnerabilidade social.

Com a ampliação das universidades, os pobres tiveram a oportunidade de se inserir no ensino superior, porém eram necessárias ações que garantisse a estadia desses jovens, surgindo assim à necessidade de políticas de assistência estudantil. A primeira lei sobre assistência aos estudantes de baixa renda surgiu em 1946, por

meio do artigo 172 da Constituição Federal de 1946 que obrigava as universidades a prestar assistência aos alunos *carentes*. Posteriormente, essas iniciativas foram se reformulando até a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Em 2007 foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, por meio da Portaria Normativa nº 39, que institui que as ações da assistência estudantil ficam a cargo das universidades, levando em conta as especificidades de cada universidade e foi reformulado pelo Decreto nº 7.234 de 2010.

A partir do PNAES, a assistência estudantil se efetiva em articulação com atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco principal na permanência desses estudantes nos seus cursos de graduação. (IMPERATORI, 2017, p. 294)

As ações desenvolvidas pela a assistência estudantil estarão voltadas para:

I - moradia estudantil;
 II - alimentação;
 III - transporte;
 IV - atenção à saúde;
 V - inclusão digital;
 VI - cultura;
 VII - esporte;
 VIII - creche;
 IX - apoio pedagógico; e
 X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.
 § 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados. (BRASIL, 2010)

Entretanto nem todas as universidades têm recursos para oferecer todos essas ações, o que demarca a seletividade de tal política.

Em relação à moradia estudantil, por exemplo, em algumas instituições existem residências universitárias, onde é disponibilizada toda a infraestrutura, tal como quartos mobiliados e com eletrodomésticos, enquanto em outras é fornecida uma bolsa destinada ao pagamento dos gastos com moradia com valores variados. O mesmo ocorre com alimentação. Em algumas Ifes são priorizados os restaurantes universitários, com subvenções aos estudantes e, em outras, é fornecido o recurso monetário para utilização em lanchonetes ou restaurantes. Há ainda casos em que são fornecidos tanto serviços como benefícios monetários. Outro aspecto interessante é a possibilidade de acumulação dos programas de assistência estudantil, o que permite que o estudante participe, por exemplo, de ações de moradia, alimentação e transporte simultaneamente. (IMPERATORI, 2017, p. 295)

Nascimento (2012) ao discutir sobre a PNAES, fruto da política desenvolvimentista adotada pelo governo de Lula, aponta que embora represente um avanço a mesma foi criada com a lógica de atender os interesses do capital.

Não desconsideramos o fato que a Política representa um avanço para a educação superior, sendo fruto da grita de movimentos sociais comprometidos com a causa da educação no Brasil, contudo, o problema é que sendo orientada pelo discurso do neodesenvolvimentismo, a forma como o PNAES é implementado nas IFES baseia-se na lógica dos mínimos sociais, sob o argumento de ampliação do número de usuários, porém de forma desarticulada com a qualidade dos serviços prestados. Sem contar o fato de que suas ações prevêm maiores resultados à custa de menores investimentos e a forma como a política se estrutura caminha na lógica das *políticas pobres para os pobres!* (NASCIMENTO, 2012, p.23)

O PNAES como a maioria dos programas desenvolvidos no governo de Lula é baseado na lógica de seleção e da focalização, ou seja, de escolher entre os pobres o mais, isso gera uma relação ambígua de inclusão e exclusão, restringindo o acesso à política. Acentuamos que a mesma emerge no momento de expansão das universidades, com o intuito de democratizar o acesso dos jovens ao ensino superior e diminuir sua evasão, isso sem se preocupar com a qualidade do ensino.

O panorama da Assistência Estudantil na atualidade reúne uma gama de programas e ações desarticuladas, focalizadas e segmentadas que respondem a ampliação da política mas sem priorizar a qualidade. A expansão da cobertura da Política se materializa na inserção dos estudantes universitários nos seus serviços, porém sem questionar a qualidade desta inserção, ou seja, o oferecimento das condições de fato necessárias à sua permanência no ensino superior público. (NASCIMENTO, 2012, p. 24)

Em 2013 foi criado o Programa Bolsa Permanência (PBP) por meio da portaria 389/2013 o mesmo faz parte da PNAES e busca garantir a permanência dos estudantes quilombolas, indígenas e de baixa renda na universidade, mas que tem como diferença a execução, já que o mesmo é um programa do governo federal tendo como encarregado de sua execução o MEC. O PBP é um auxílio financeiro nos valores de R\$900,00 reais para estudantes quilombolas e indígenas; e R\$400,00 reais para alunos de baixa renda.

A Bolsa Permanência para estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em cursos de graduação, será diferenciada em decorrência das especificidades desses estudantes com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal. (BRASIL, 2013)

De acordo com a portaria nº 389/2013, artigo 5º para ter acesso ao programa é necessário que os estudante esteja dentro dos seguintes critérios:

- I - possuir renda familiar per capita não superior a 1,5 (um e meio) salário mínimo;
- II - estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a 5 (cinco) horas diárias;

III - não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar;
IV - ter assinado o Termo de Compromisso conforme Anexo II; e
V - ter seu cadastro devidamente aprovado e mensalmente homologado pela instituição federal de ensino superior no âmbito do sistema de informação do programa.

§ 1º O disposto nos incisos I e II não se aplica aos estudantes indígenas ou quilombolas.

§ 2º O recebimento dos benefícios está condicionado à existência de dotação orçamentária anualmente consignada ao FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira. (BRASIL, 2013)

Para os estudantes terem acesso ao programa as universidades têm que estar cadastradas por meio de um termo de adesão, assim como os estudantes preencherem um termo de compromisso no site do PBP. A universidade encaminha mensalmente a relação dos bolsistas para o Ministério da Educação (MEC) que envia para o Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação autorizar o pagamento dos bolsistas (MEC, 2013).

Por ser um programa que pode ser classificado como relativamente novo, o mesmo encontra algumas barreiras referente à divulgação nas universidades. Uma vez que, as universidades não fazem divulgação sobre o programa, data de cadastramento, documentação necessária; igual faz com os programas ofertados pela universidade. Geralmente, quem tem conhecimento sobre a bolsa soube por terceiros. Ressaltando também que não são só os alunos que sofre com a falta de informações como também a instituição, visto que o processo não é finalizado dentro da instituição e sim encaminhado ao MEC. É comum estudantes terem dúvidas em relação ao programa, e ficar sem saber a quem recorrer se é ao MEC ou a instituição.

A criação do programa sem dúvidas contribui e contribuirá bastante na permanência de jovens ao ensino superior. Todavia, é necessária sua divulgação, pouco se houve falar do programa, quem tem direito, só tem acesso as essas informações quem entra no site do programa. E quem não tem costume de acessar os sites do governo ou conhece algum aluno que é beneficiário não sabe como funciona o processo e nem se tem direito.

Como todos os programas da assistência estudantil os estudantes sentem dificuldades de organizar a documentação necessária e com o PBP não é diferente,

as dúvidas em relação aos documentos necessários, também é uma das grandes dificuldades, principalmente em relação à documentação da comunidade.

CAPÍTULO III – ESTUDANTES DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DA VACA MORTA E O PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA

3.1 Procedimentos metodológicos

-Eu tenho um sonho. O sonho de ver meus filhos julgados por sua personalidade, não pela cor de sua pele. (Martin Luther King)

Essa pesquisa é norteada pelo seu objetivo geral que é analisar os impactos do Programa Bolsa Permanência na inserção e permanência dos quilombolas da Comunidade Vaca Morta na universidade. Como objetivos específicos: analisar a relevância do Programa Bolsa Permanência para a manutenção dos estudantes quilombolas da comunidade Vaca Morta; avaliar os desafios e possibilidades enfrentados pelos estudantes bolsistas no tocante a efetivação do programa e examinar a relevância do programa como uma política de ação afirmativa.

Na nossa compreensão a pesquisa é o ato de investigar e descobrir sobre determinada coisa, algo que lhe despertou interesse e curiosidade. Na universidade, a pesquisa é utilizada para produzir e fundamentar determinado questionamento e indagação que contribuirá não só para a universidade como a sociedade.

[...] a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem essa que se constrói com um ritmo próprio e particular. A esse ritmo denominamos *ciclo de pesquisa*, ou seja, um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações. (DESLANDES, 1994, p. 25-26)

A presente pesquisa foi de cunho qualitativo, buscando compreender os sujeitos e suas particularidades.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização variáveis. (DESLANDES, 1994, p. 21-22)

A análise dos dados coletados foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas e da tentativa de apreender o real através do método materialista histórico dialético. Segundo Prodanov o método em Marx:

[...] busca interpretar a realidade partindo do pressuposto de que todos os fenômenos apresentam características contraditórias organicamente unidas e indissolúveis. (...) Empregado em pesquisa qualitativa, é um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois considera que os fatos não podem ser relevados fora de um contexto social, político, econômico etc. (PRODANOV, 2013, p. 34)

Como mencionada a análise os dados foi por meio do método dialético que estuda o sujeito através das relações sociais, possibilitando assim uma melhor apreensão do real e um estudo mais aprofundado sobre o sujeito pesquisado.

A pesquisa de campo foi realizado na comunidade Vaca Morta, que fica localizada na zona rural do município de Diamante-PB, cidade essa que possui duas comunidades remanescentes de quilombos: a da Vaca Morta e da Barra de Oitis, mas como foi supracitado o foco da pesquisa foram os estudantes da Vaca Morta.

Os sujeitos da pesquisa foram os alunos universitários bolsistas do Programa Bolsa Permanência da comunidade remanescente de quilombo Vaca Morta. Que estão inseridos nas universidades federais e são bolsistas ou que foram bolsistas do Programa Bolsa Permanência, durante os anos de 2013 a 2017. Os 8 (oito) alunos entrevistados, estudam na UFCG, UFPB e IFPB. Como o foco é o programa, os estudantes de universidades privadas, estaduais e a distância não se encaixava como público alvo da pesquisa. Sendo assim o critério de escolha foi ser da comunidade e participar ou ter participado do Programa Bolsa Permanência.

Desses oito entrevistados: dois trancaram o curso, eles faziam Engenharia Mecânica e Engenharia Florestal; um terminou em 2017 e cursava Enfermagem; e os demais cursam Tecnologia em Alimentos, Biotecnologia, Engenharia Civil e dois estudam Tecnologia em Gestão Ambiental. É importante destacar que o primeiro aluno bolsista no país do PBP, veio da comunidade quilombola da Vaca Morta, na época o mesmo era estudante da UFCG, campus Campina Grande, do curso de engenharia mecânica. Esse dado é citado por Abílio (2015) em sua obra *“Diamante Bruto: história, política, educação e cultura no sertão paraibanoll* que retrata a história da comunidade e dessa conquista marcante.

A técnica de pesquisa foi a entrevista semiestruturada, pois de acordo com Rojas Soriano (2004) a pesquisa social elenca não só o processo de construção, como as principais dúvidas enfrentadas no percurso, a importância de cada etapa e que em alguns casos o resultado da mesma depende da metodologia adotada, os instrumentais e técnicas utilizados. Por isso essa técnica foi empregada, a entrevista

semiestruturada utiliza perguntas abertas e fechadas o que possibilita o entrevistador expor sua opinião sobre o tema.

Optamos por realizar as entrevistas de duas formas: presencial e por e-mail, devido à dificuldade de acesso aos entrevistados por serem de universidades e os calendários acadêmicos diferentes, assim como também de cidades diferentes o que impossibilitaria a realização da entrevista presencialmente. Acrescentamos que a maioria dos estudantes só vai para casa em período de férias e outros aproveitam as férias para viajar, o que dificultou também a realização das entrevistas.

De acordo com o princípio ético e sigilo profissional, os entrevistados não serão identificados, preservando os mesmos de exposições e de situações conflituosas, em conformidade com a resolução 466/2012 que assegura os direitos da participante da pesquisa.

Por ser voltada para um tema relativamente novo e pouco explorada, a pesquisa mostrou a inserção dos quilombolas na universidade e também a importância do programa na permanência de jovens no ensino superior, discutirá preconceito racial. Beneficiará tanto a universidade como todos os jovens participantes do programa por trazer questionamentos à luz de uma temática pouco pesquisada.

3.2 Exposição dos dados da pesquisa

-A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo. (Nelson Mandela)

A comunidade remanescente quilombo Vaca Morta, fica localizada no município de Diamante, no sertão da Paraíba. Sua ocupação ocorreu por volta de 1905, com a vinda de Manoel Severino, sua família e amigos vindos do Ceará, que estavam fugindo da escravidão e se estabeleceu ali com seus descendentes. Localizada a 8 (oito) quilômetros da cidade, é uma comunidade que ainda guarda traços dos seus antepassados, seja nos casamentos entre primos, no trabalho com a criação de bichos e plantações. As condições de moradias são precárias, as casas na sua maioria de taipa, sem saneamento básico, a comunidade em época de secas é abastecida por carros pipas.

Por muitas décadas as comunidades remanescentes de quilombos lutam por seus direitos e pela titulação de suas terras, pela posse das mesmas para não correr

o risco de serem expulsos. Em 2003 foi criado o decreto nº 4.887 que regulamenta o reconhecimento e titulação das comunidades quilombolas e possibilitou um avanço na luta por ações afirmativas, e também uma maior visibilidade dessas comunidades e desse povo que era esquecido pelo Estado. O processo de certificação das Comunidades remanescentes quilombolas é feito pela a Fundação Cultural Palmares e o de titulação pelo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A mesma foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 2007 por meio de publicação no Diário Oficial da União.

As comunidades remanescentes de quilombos lutam pela a demarcação de terras, pois muitos são expulsos de suas terras pelos donos, como é o caso da Comunidade Vaca Morta. Foi a partir da Constituição Federal de 1988, que foi garantido às comunidades o direito de se tornarem proprietários das terras ocupadas por remanescentes de quilombo. Hoje as comunidades quilombolas são formadas por descendentes de escravos que ao fugirem se instalaram na localidade, guardam as raízes históricas e culturais de seus antepassados, história essa de luta e sofrimento.

Na comunidade Vaca Morta às casas na sua maioria são de taipa, sem saneamento básico e conta com poucos recursos por parte do poder público municipal. A mesma conta com poucas residências, pois devido à falta de terras para trabalhar muitos moradores foram para outras cidades em busca de melhores condições. Uma vez que a comunidade ainda está em processo de titulação de terras, ou seja, os mesmos ainda não possuem terras para trabalhar e alguns foram expulsos pelo dono das terras ocorrendo a evasão dos moradores da comunidade para cidade e até outros estados.

Em Vaca Morta existem cerca de vinte moradias habitadas e mais ou menos dez entre fechadas, abandonadas ou não concluídas. Há uma significativa população flutuante percorrendo estes espaços. [...] São Paulo, Brasília, Aguai no estado de São Paulo e mesmo em localidades relativamente próximas como João Pessoa, são alguns dos destinos de vários moradores de Vaca Morta desde anos da década de 1960, quando se intensificou sobre os moradores de Vaca Morta, o fenômeno social de expulsão da terra. (NASCIMENTO, 2012, p.33)

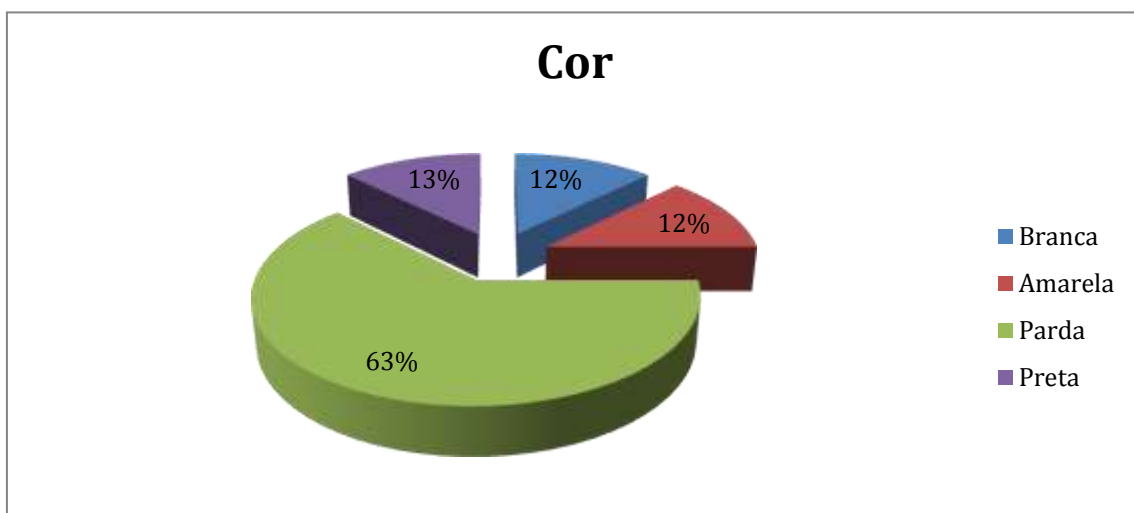
Apesar dos problemas a comunidade continua lutando e buscando preservar as origens de seus antepassados e melhorias para a comunidade. A mesma vem lutando para resgatar sua cultura e tradições que por muito tempo ficaram esquecidas, e nos últimos anos a comunidade tem realizado a festa em

comemoração ao Dia da Consciência Negra e busca mostrar um pouco da cultura afrodescendente, são apresentados grupos de dança e capoeira. Contribuindo não só para a valorização da cultura como também sua divulgação, buscando romper as práticas preconceituosas que assola os costumes e tradições do povo afro. Por isso essa pesquisa foi importante não só por analisar os impactos do programa na comunidade como também divulgar sua história.

Como já mencionamos, pesquisamos 8 alunos bolsistas do PBP a fim de mapear o impacto deste para eles e a comunidade. É importante dizer que estes foram os primeiros quilombolas da comunidade a se inserir na universidade, pois antes do PBP, os estudantes até chegavam a passar no vestibular, mas as condições econômicas impedia essa permanência. O principal problema que afetavam esse acesso eram as condições econômicas, as famílias não tinham condições de manter seu filho em outra cidade.

Em relação à cor dos estudantes podemos perceber que 63% dos estudantes entrevistados são pardos e apenas 13% se classifica como negro como visualizamos no gráfico abaixo:

Gráfico 1 : A cor de pele



Fonte: elaborado pela autora.

Evidenciando assim a influência da miscigenação na nossa sociedade. De acordo com Freyre (2003) a mistura de raças não aconteceu pós-escravidão e sim durante esse processo em que brancos, índios e negros se relacionaram. Colocando ênfase que não é a cor da pele que vai caracterizar quem é quilombola ou não e sim sua descendência. Levando em consideração que não é a cor da pele que lhe

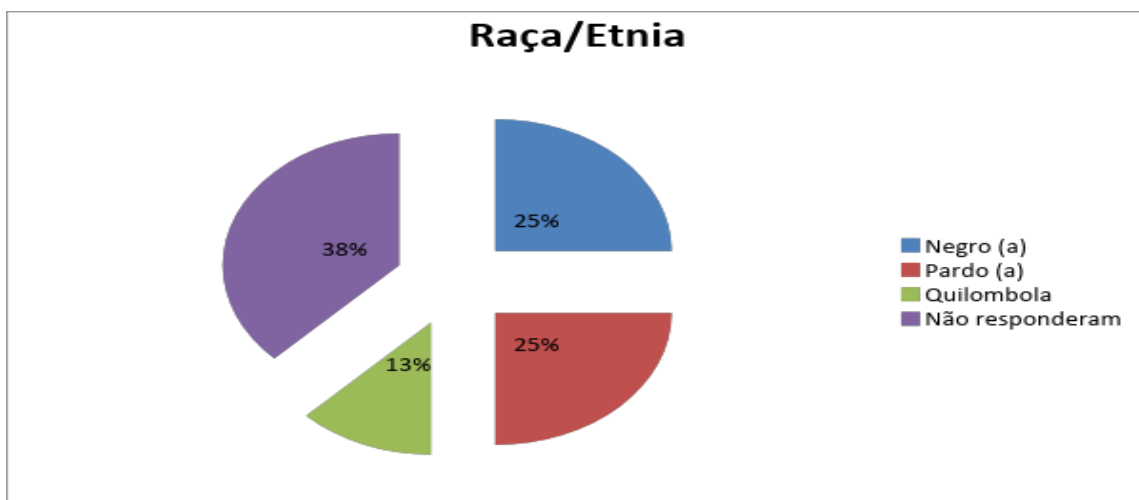
classifica como quilombola ou não, a entrevistada sete durante a entrevista citou que encontrou dificuldades por não ser negra. A mesma fala que:

Eu sou um desses, tenho cor amarela, e sou descendente, o que quer dizer que a cor não influencia desde que você ainda seja da geração de quilombos. Por esse motivo eu sofri preconceito quando alguns souberam, mas soube me posicionar quanto a isso, e hoje eu sou mais um quilombola ingressado em uma universidade federal e bolsistas. (ENTREVISTADO SETE)

Isso é reflexo do preconceito racial que assola o país e da lógica que se perpetuou que só os negros são descendentes de escravos, e o preconceito fica tão evidente que a sociedade estranha que alguém que tem a pele mais clara se identifique em quanto quilombola.

Em relação à raça/ etnia podemos observar, que 38% dos entrevistados não responderam a pergunta sobre raça e etnia, 25% se autodeclara negro e pardo e 13% como quilombola, como visualizamos no gráfico abaixo.

Gráfico 2: Raça/etnia

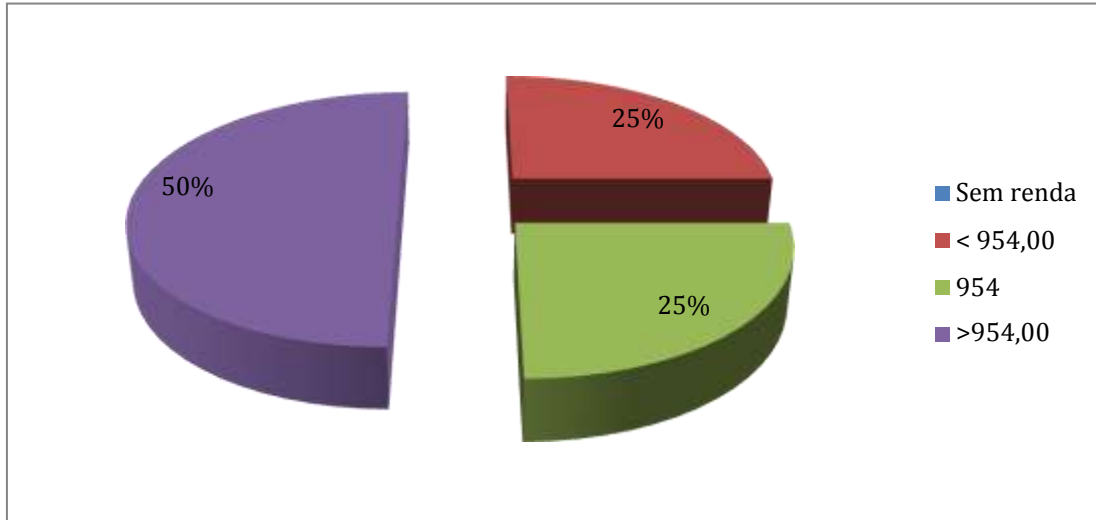


Fonte: elaborado pela autora.

O preconceito e a mistura de raças dificultou com que o sujeito identifique sua raça, etnia e até sua cor, os entrevistados ao se deparar com esse questionamento ficaram em dúvidas. Infelizmente esse conflito, principalmente quando vemos constantemente os negros sendo vítimas de racismo e preferimos se auto identificar enquanto pardos. Aqui entra também a questão do preconceito racial citado por Guimaraes (2003) e de como os negros são vistos na nossa sociedade até hoje, e questão do branqueamento que surgiu com o fim da escravidão, mas que continua se perpetuando.

A renda familiar dos entrevistados varia entre abaixo de um salário mínimo à dois salários mínimos como demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 3: Renda familiar dos bolsistas



Fonte: elaborado pela autora.

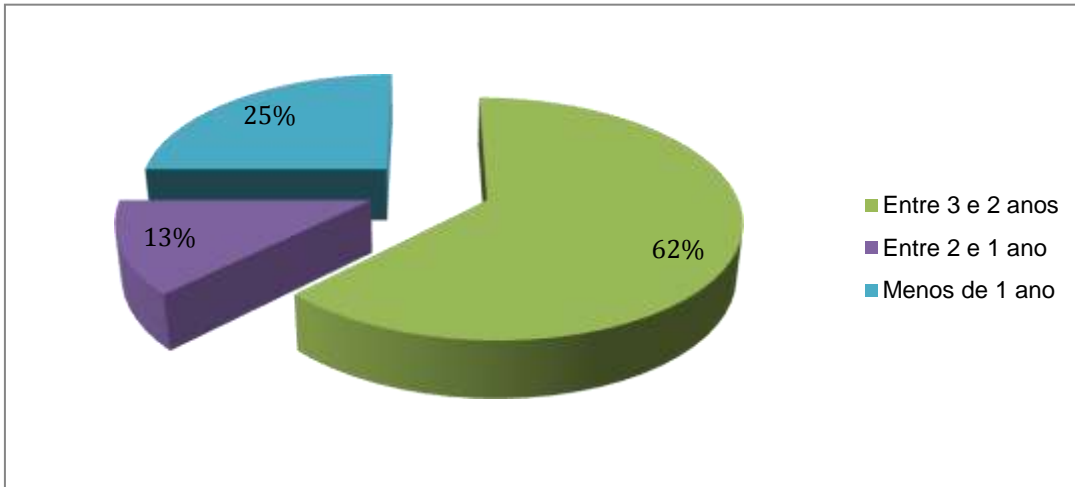
Nesse caso fica explícito a relação entre a questão racial e a pobreza, pois a população negra é minoria em cargos de maior remuneração. Os autores Oliveira (2014) e Martins (2012) ao discutir o fato dos negros serem maioria em trabalhos informais e precarizados, e que isso é fruto do racismo e do processo de formação social do Brasil, que tratou os negros de forma desigual e se construiu em meio à desigualdade racial e sofrimento do povo negro.

Se os negros hoje são minorias nas universidades é reflexo da desigualdade e do descaso que ocorreu com os mesmos, que acarretou não só a desigualdade racial como social. E nesse contexto que se faz necessário as políticas públicas e estudantil e uma dessas políticas é o PBP surge para garantir essa permanência.

O PBP tem como objetivo possibilitar a permanência de estudantes de baixa renda nas universidades, e o mesmo tem alcançado suas metas e permitido que jovens negros e pobres tenha acesso ao ensino superior.

Sobre o tempo de inserção no Programa Bolsa Permanência, nota-se que 83% são bolsistas há mais ou menos três anos e que 17% estão no programa a mais ou menos dois anos, como podemos analisar no gráfico abaixo.

Gráfico 4: Tempo que os estudantes são bolsistas

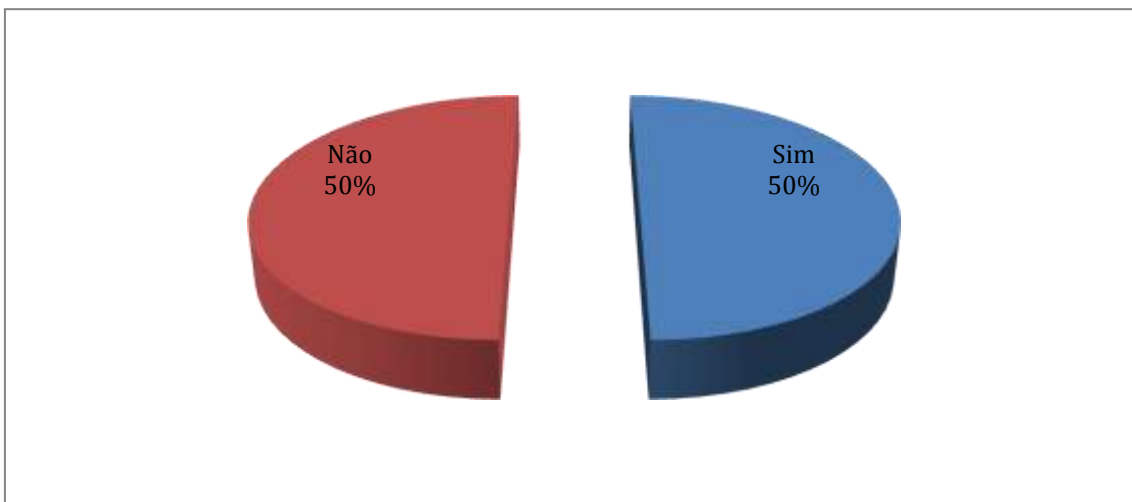


Fonte: elaborado pela autora.

O PBP tem uma particularidade, o bolsista tem direito de receber, por dois períodos a mais, exemplo se o curso dura 4 anos e o estudante não se formar nesse tempo ele tem direito a receber a bolsa por mais um ano. Isso de acordo com o artigo 5º da portaria nº 389 do PBP parágrafo III – não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar. (Brasil, 2013).

O PBP é relativamente novo, os técnicos tem pouca informação sobre ele, e conseqüentemente existe pouca divulgação nas universidades, dos estudantes entrevistados 50% tiveram conhecimentos sobre o mesmo antes de entrar na universidade e os outros 50% já estavam inseridos nas universidades. Como podemos perceber no gráfico abaixo.

Gráfico 5: Acesso a informação sobre Programa Bolsa Permanência



Fonte: elaborado pela autora.

Diferente de outros programas do governo federal voltados para os estudantes que estão sempre sendo divulgados na imprensa, como o PROUNI e o FIES; já sobre o PBP as informações só no site e no manual do programa, muitos alunos perde o período de inscrição por falta de divulgação. Os estudantes tem que ficar atentos ao site do MEC, porque as universidades não tem conhecimento sobre o período de inscrição, pelo o mesmo não ser um programa ofertado pela assistência estudantil e ser fiscalizado pelo MEC, junto como o FNDE que é o órgão responsável pela a autorização do pagamento do benefício.

Podemos perceber que essa falta de dialogo entre a universidade e órgãos responsáveis pela implementação e efetivação é um grande problema que afeta diretamente o publico alvo do programa. Tanto é que mesmo já sendo universitário os entrevistados tiveram conhecimento por meio de amigos bolsista ou da própria comunidade, como apontou alguns entrevistados:

Entrevistado 3: Através de pessoas da minha cidade que estavam na universidade e que fazia parte desse programa.

Entrevistado 4: Através de um estudante universitário da minha cidade

Entrevistado 5 Através de amigos que faziam parte da Comunidade

Entrevistado 7: Através das reuniões no quilombo e de alguns amigos universitários que eram bolsistas.

Um programa de grande impacto social e racial que até inicio de 2017 atendia mais de 16 mil estudantes e responsável pela permanência dos mesmos na universidade, deveria ser mais divulgado, principalmente por ser uma ação afirmativa que busca incluir os excluídos.

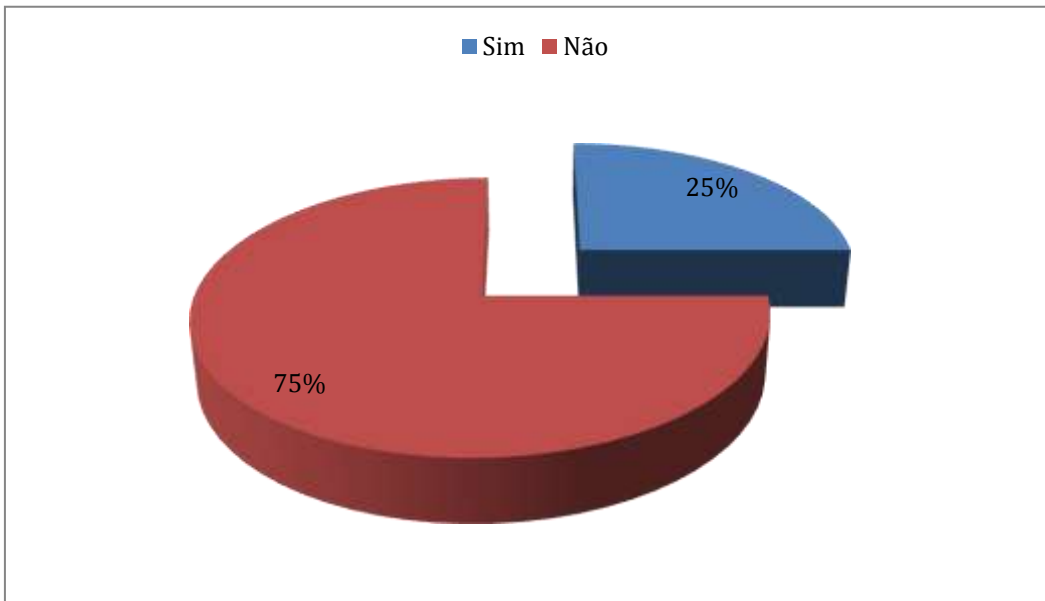
É indiscutível a importância do PBP na permanência dos estudantes de origem quilombolas, como também dos outros sujeitos contemplados. O mesmo vem mudando a realidade social de jovens, que estão tendo oportunidades de se inserir no ensino superior e posteriormente no mercado de trabalho, transformando também as comunidades, pois os conhecimentos adquiridos na universidade podem ser implementados na comunidade. E o mesmo foi uma conquista do movimento negro que luta por igualdade de direitos e fim da discriminação social, busca uma sociedade em que todos sejam tratados de forma igual independente da cor da pele.

O Programa bolsa permanência deve ser visto pela sociedade pela lógica de inclusão, que o mesmo está permitindo o acesso e realização de sonhos, pois para

muitos desses jovens inseridos no programa o ensino superior era um sonho, dado que são estudantes descendentes de quilombolas que na sua maioria advém de comunidades rurais, distantes da cidade e esquecidas pelo poder público.

Essa importância ficou evidente quando 75% dos entrevistados responderam que sem a bolsa não teriam condições de permanecer na universidade.

Gráfico 6: Influência do PBP na permanência dos estudantes



Fonte: elaborado pela autora.

Os gráficos 5 e 6 se relacionam, uma vez que mostra se a bolsa influenciou na sua entrada na universidade, ao mostrar que cinquenta por cento dos entrevistados teve conhecimento sobre a bolsa antes de entrar na universidade e setenta e cinco por cento afirmou que sem a mesma não teria condições de se inserir no ensino superior. Como apontou alguns entrevistados ao perguntar se o conhecimento sobre a bolsa influiu na sua entrada na universidade:

Entrevistado 1: talvez se não fosse esta bolsa, eu não teria condições financeiras de me manter.

Entrevistado 3: porque através desse conhecimento eu saberia que ao entrar na universidade teria essa bolsa para me ajudar financeiramente e assim poder permanecer, já que a ida para outras cidades traz alguns custos financeiros.

Entrevistado 7: Sim, pois eu saberia que se eu ingressasse em uma universidade, eu teria por direito a bolsa permanente que me ajudaria a no decorrer do curso.

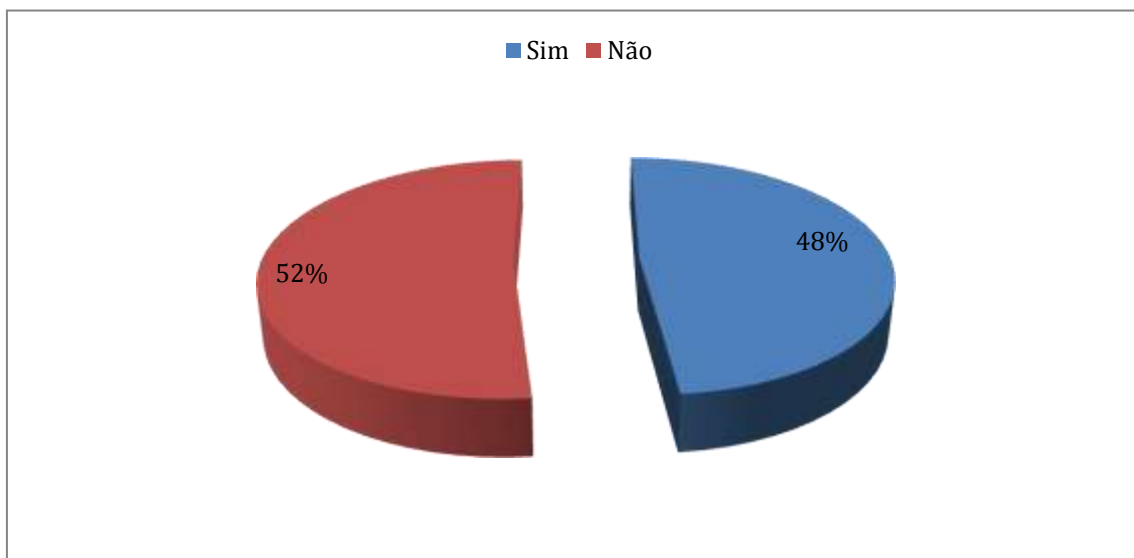
Diante dessas respostas, fica evidente a influência e importância do PBP na inserção dos jovens quilombolas no ensino superior, esse programa permite essa

inclusão de estudantes advindos de comunidades quilombolas. Permitindo assim que a universidade deixe de ser um espaço apenas das elites e que os negros pobres adentrem os espaços acadêmicos, diminuindo assim a desigualdade racial. E essa realidade vem se modificando mesmo que de forma minimalista com o PBP e a política de cotas.

As cotas têm um papel além da promoção do ingresso de uma população específica na universidade. As cotas estimulam o debate sobre a questão racial, que no Brasil chega com mais de um século de atraso, questionam a diversidade dentro de instituições de ensino e nos fazem refletir nas consequências do nosso passado escravo marcado pela ausência de políticas públicas pós-abolição. (LOPES, 2006, p. 33)

O sistema de cotas e o PBP deve ser articulado com processos educativos acerca do racismo e seu enfrentamento. Um dado preocupante é que 52% dos alunos entrevistados afirmaram que nos seus campus universitários não existem debates sobre o movimento negro e o combate ao racismo, como podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 7: Debate sobre o movimento negro nas universidades



Fonte: elaborado pela autora

O movimento negro não é algo novo, é um movimento que surgiu no período escravocrata brasileiro, da luta do negro por seus direitos, e o PBP uma conquista que possibilitou que os quilombolas se inserissem no ensino superior. É necessário seu debate principalmente diante do aumento do número de casos de racismos, o papel das universidades e da assistência estudantil em particular não é apenas implementar as cotas raciais.

As universidades públicas brasileiras que já implementaram ações afirmativas no ensino superior brasileiro mediante políticas de acesso e permanência têm que lidar com a chegada de sujeitos sociais concretos, com outros saberes, outra forma de construir o conhecimento acadêmico e com outra trajetória de vida, bem diferentes do tipo ideal de estudante universitário idealizado em nosso país. Temas como diversidade, desigualdade racial e vivências da juventude negra, entre outros, passam a figurar no contexto acadêmico, mas sempre com grande dificuldade de ser considerados -legítimosll. (GOMES, 2011, p. 148)

Ademais, a política de assistência estudantil tem como prioridade o reconhecimento das desigualdades e da necessidade de inclusão materializadas nos objetivos da PNAES:

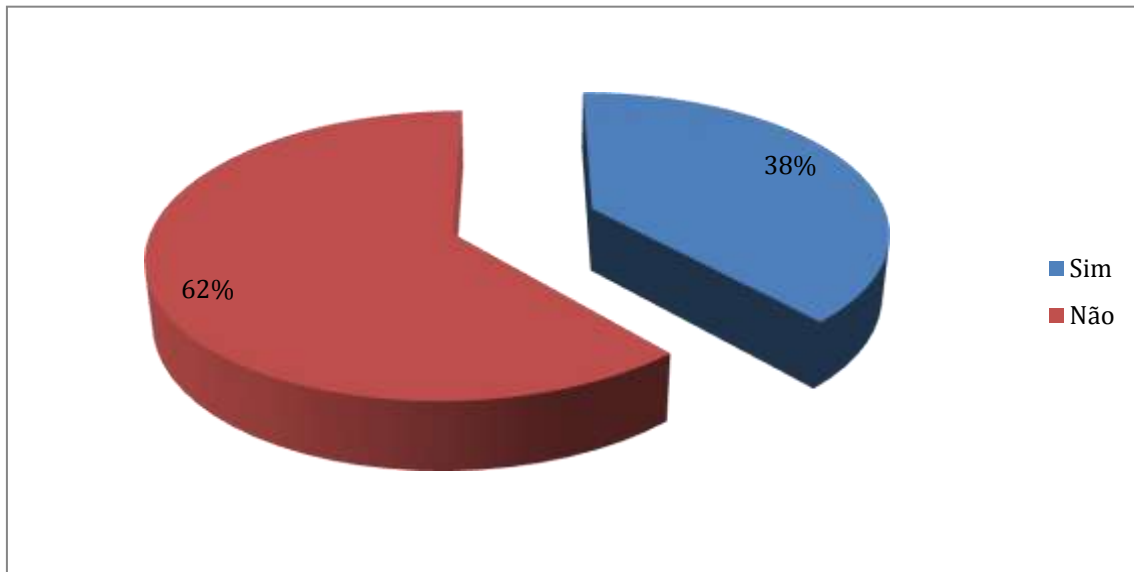
- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL,2010)

Ainda, pontuamos que o entendimento de política de assistência deve está em consonância com a defesa de aspectos formativos e da articulação do tripé ensino-pesquisa- extensão. Já que a PNAES se organiza enquanto um

conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implementação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida. (FONAPRACE, 2012)

É necessário que os espaços acadêmicos promovam discussões sobre os temas que estão em pauta na sociedade e sobre os novos sujeitos que estão se inserindo, já que são nesses espaços que a diversidade social se torna evidente.

Isso pode impactar negativamente na vida acadêmica e até social desse sujeito, pois o mesmo se sente excluído e acaba tendo vergonha de se identificar enquanto quilombola, como apontou a pesquisa que 62% dos estudantes afirmaram que a universidade não tem conhecimentos que os mesmos advêm de comunidades remanescentes de quilombo.

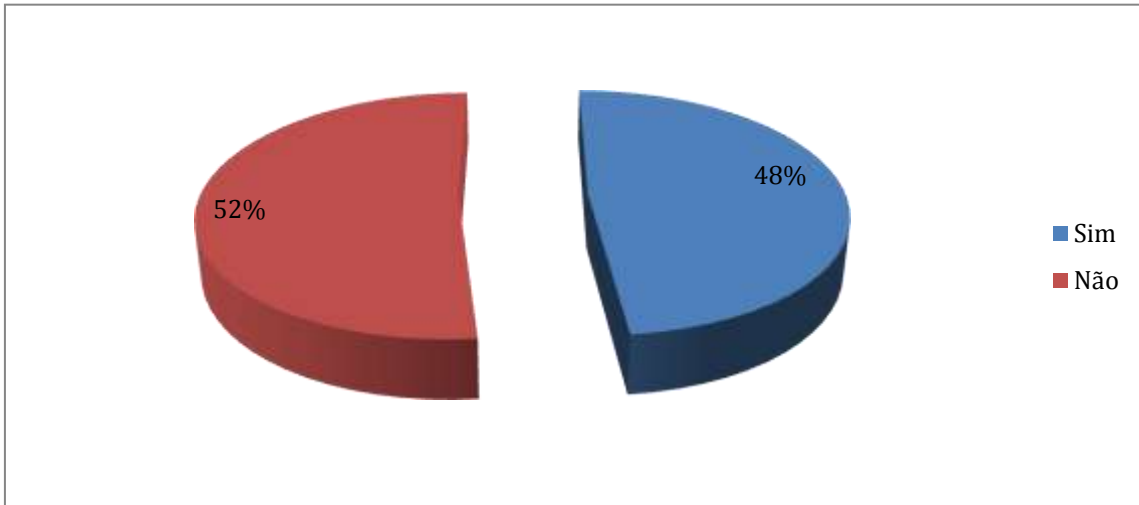
Gráfico 8: O conhecimento da universidade a respeito do estudante quilombola

Fonte: elaborado pela autora.

Segundo Domingues (2007) o movimento negro unificado encorajou os negros a se reconhecer enquanto negro e descendente de escravo, e assumir seu indenitário. Todavia, nem todos estão preparados para se autoidentificar como negro, sobretudo numa sociedade racista e preconceituosa como a nossa infelizmente essa é realidade. Não é fácil se auto reconhecer enquanto remanescente de quilombo, sendo as pessoas não tem conhecimento sobre isso.

Como já mencionamos a falta de debates sobre o movimento negro e a de entendimento sobre o PBP faz com a comunidade acadêmica não tenha conhecimento. E justamente por pouco se discutir que o corpo acadêmico não sabe da existência desses novos sujeitos que estão adentrando nas universidades, que está sendo possível através do PBP.

A inscrição no programa é feita em duas etapas: um cadastro online no site do PBP e a entrega da documentação junto à instituição para averiguação e encaminhamento para os órgãos responsáveis. E como o processo não é realizado pela assistência estudantil, é comum surgir alguns questionamentos, 48% dos entrevistados tiveram dificuldades ao se cadastrar no PBP, como aponta o gráfico abaixo.

Gráfico 9: Dificuldade para de acesso ao PBP

Fonte: elaborado pela autora.

Como já foi citado anteriormente, a falta de informação acaba dificultando o acesso ao PBP como falou alguns entrevistados que tiveram problemas:

Entrevistado 3: A questão da documentação e o cadastro eletrônico pois mesmo a assistência sabendo da existência desse programa eu fui a pioneira no campus.

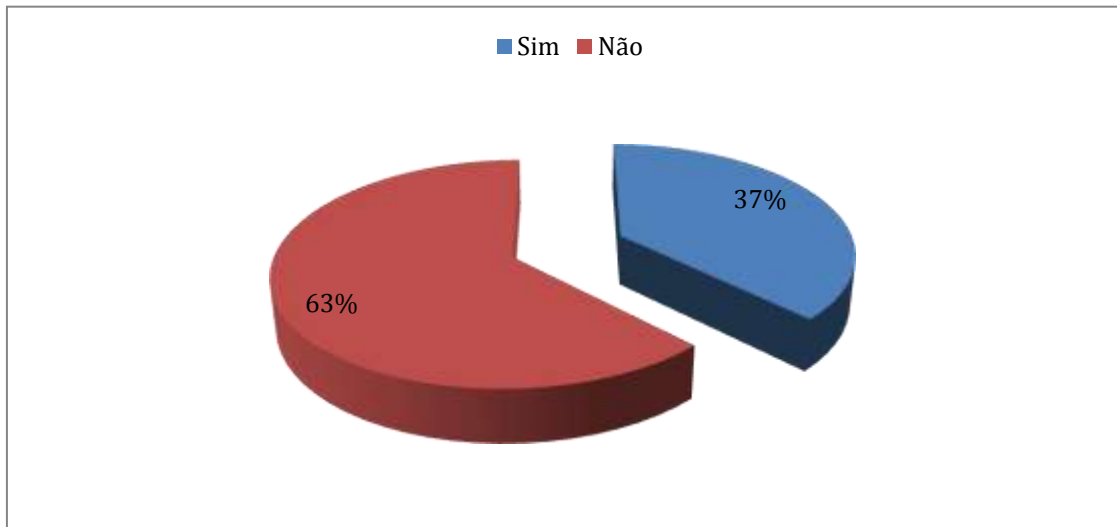
Entrevistado 5: Falta de informações e/ou divulgação sobre o Programa.

Entrevistado 7: No início eu não sabia como organizar a minha documentação juntamente com a assistente social, pois encontramos algumas dificuldades, e eu cheguei a tentar três vezes, na última tentativa, tive êxito.

A questão da documentação é um problema enfrentados pela a maioria dos estudantes que objetiva se inscrever em algum programa da PNAES e com PBP não seria diferente; e a mesma ainda tem um diferencial que não é um programa da instituição, o que dificulta mais ainda. Evidenciando assim a importância da divulgação não só para sanar as dúvidas, mas também para o corpo acadêmico ter conhecimento sobre a política e evitar praticas de preconceito e racismo.

Ao perguntar aos estudantes se já foram vitimas de preconceito por serem quilombolas 63% responderam que não e 37% que sim.

Figura 10: Estudantes que foram vítimas de preconceito por ser quilombola.



Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com Lopes (2006) o objetivo das cotas não é permitir a inserção dos jovens negros ao ensino superior, como também proporcionar que as universidades sejam espaços democráticos e que discutam a diversidade. Contudo podemos perceber até o momento isso não acontece como apontou o gráfico 7.

O que se espera com as ações afirmativas é diminuir a desigualdade racial e o racismo, porém para isso acontecer essas questões tem esta sendo debatidas nos espaços acadêmicos e evitar que estudantes beneficiários de políticas afirmativas sejam excluídos e sofram preconceitos.

Preconceito esse que muitas vezes não acontece de forma tão explícita ou não classificamos como tal, julgamos ser brincadeira de mau gosto. Como citou um entrevistado ao ser questionado se o mesmo foi tratado de forma diferenciada por ser quilombola, ele falou que: —Não necessariamente, mas sempre existem alguns comentários desagradáveis a respeito. (Entrevistado 5).

Infelizmente essa pratica é muito comum, porém alguns preferem relaciona-las as piadinhas mal intencionadas que aceitar que está sendo vitima de preconceito, fingir que não aconteceu não é a solução. O fato é que o racismo esta enraizado na sociedade e não vai deixar de existir se continuarmos negando sua existência, o mesmo deve ser enfrentado.

O PBP não promove só a permanência do estudante no ensino superior, como também é de grande impacto social para a comunidade. Como elencou os entrevistados ao ser questionados sobre a relevância do PBP para sua comunidade:

Entrevistado 1: Sim, Pois, é uma forma de influenciar outros e através da inserção na universidade, trazer mais conhecimento e benefícios para a comunidade.

Entrevistado 2: Sim, Pois os mesmos após o egresso irão contribuir para o desenvolvimento da comunidade com a sua força de trabalho.

Entrevistado 3: Sim, Porque além de ter uma profissão ele passa a ter conhecimento de seus direitos e deveres como cidadão e assim ajudará a comunidade no seu desenvolvimento e crescimento, interagindo a mesma dos programas e ações sociais destinados a comunidade.

Entrevistado 4: Sim, pois assim os mesmos poderão incentivar outros jovens a estudarem também, além disso terão melhores oportunidades de emprego, sem falar na troca de conhecimento que pode ocorrer entre o estudante e sua comunidade.

Entrevistado 5: Com certeza, tendo em vista que os jovens costumam ser ainda mais disseminadores do conhecimento e inovações, valorizando dessa forma ainda mais a comunidade.

Entrevistado 6: Acredito que quanto mais pessoas na comunidade tenham um nível superior de educação, mais poder de articulação e debate é agregado. Com pessoas bem informadas dentro da comunidade, existe a possibilidade de se adquirir mais conhecimento sobre a história do nosso povo e sobre seus direitos.

Diante do que foi exposto, podemos perceber os impactos do PBP não só na vida dos jovens quilombolas, que através do mesmo estão tendo chance de inserção nas universidades, como também suas comunidades quilombolas. Pois até alguns anos atrás pouca gente tinha conhecimento sobre essas comunidades, apesar das mesmas ser símbolo de resistência dos negros e existir desde a época da escravidão, atualmente essas comunidades são chamadas de remanescentes de quilombo por ser formada por descendentes de escravos que fugindo da escravidão formaram os quilombos.

Somente com as políticas de enfrentamento da desigualdade racial que foi instituída pelo presidente Lula, é que o Estado passa a dar visibilidade a esse povo que por muito tempo ficou esquecido. Essas políticas tem garantido direito que por décadas lhe foi negado como o direito a educação e a posse de terra.

A inserção desses jovens quilombolas vai possibilitar que a comunidade tenha conhecimentos sobre seus direitos e passe a lutar pelos mesmos, pois infelizmente a grande maioria dos líderes das comunidades quilombolas não tem formação superior, e tem pouco conhecimento sobre os seus direitos. E o que os jovens aprendem na graduação pode ser aplicado na comunidade buscando melhorias, crescimento e incentivar outros jovens a se inserir nas universidades, o conhecimento adquirido na graduação pode ser aplicado na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto e dos dados da pesquisa, podemos concluir que o Programa Bolsa Permanência, embora tenha sido criado recentemente já vem colhendo frutos e proporcionando a inserção de jovens no ensino superior como aconteceu na comunidade Vaca Morta. Em que até 2017, a comunidade já contava com 10 bolsistas, e esse ano alguns jovens da comunidade ingressará nas universidades, contribuindo não apenas a inserção como também o crescimento e tornando a comunidade reconhecida.

Outro ponto que notamos é a falta de trabalhos acadêmicos publicados sobre o tema, que foi mencionado anteriormente é pouco abordado. Portanto esse trabalho tem grande relevância política e de resistência negra, por ter sido desenvolvido por uma estudante negra e quilombola. À luz para fundamentação deste trabalho veio de autores que discorrem sobre a história do negro e seu acesso a educação, e de como o mesmo se inseriu no ensino superior. Guimarães (2003) aborda a luta dos negros para ter acesso às universidades públicas, e que essas conquistas foi possíveis devido às lutas que impulsionou o governo a criar o programa de cotas, o PROUNI e outras ações afirmativas.

Ao concluirmos, conseguimos compreender a importância do PBP e das demais políticas que possibilita o direito o negro a educação, e que embora se tenhamos a ideia de que todo quilombola é negro, essa pesquisa desfez essa lógica. Percebemos também que embora essa lógica não se perpetue é impossível, falar de quilombolas na atualidade sem abordar a história do negro no Brasil para poder interpretar a importância do PBP para inserção de jovens no ensino superior.

Por fim, também pudemos notar que infelizmente, as universidades federais quase não tem promovido debates sobre o movimento negro, surgiu um questionamento que talvez a falta de pesquisas sobre o PBP esteja relacionada à isso. Pois infelizmente, esses assuntos só trazidos à pauta por militantes de movimentos, ou seja, se não tiver militante que questione não tem debate. E se não se discute sobre o movimento negro que está bastante atuante, imagine sobre um programa que beneficia quilombolas, indígenas e pobres. Essa falta de discussão acaba gerando um estranhamento quando o estudante se intitula como quilombola e acaba se tornando vítima de preconceito, por não ter conhecimento sobre o assunto.

Ainda se tem a ideia de que remanescente quilombo são todos negros e por isso remete-se a época da escravidão.

Frisando também a necessidade de uma ampla divulgação dos programas de assistência estudantil, visto que este foi um dos problemas diagnosticado na pesquisa. E que as universidades promovam espaços de discussões sobre o movimento negro por meio de palestras, mini cursos e outros.

Esse trabalho dará gargalho para outros pesquisadores que tenha interesse pela a temática, como também abranger um publico maior, ou até mesmo trazer a realidade de outras comunidades paraibanas remanescentes de quilombo ou até mesma indígena.

REFERÊNCIAS

ABILIO, Francisco José Pegado. **Diamante bruto: história, política, educação e cultura do sertão paraibano**. 1ª ed. – João Pessoa: Editora Imprell, 2015.

BAYMA, Fatima. **Reflexões sobre a Constitucionalidade das Cotas Raciais em Universidades Públicas no Brasil**: referências internacionais e os desafios pós-julgamento das cotas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 20, n. 75, p. 325-346, abr. 2012. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v20n75/06.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1946**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm

BRASIL. Constituição Federal do Brasil, 1988.

_____. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

_____. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012 a. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

_____. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n.109, 10 jun. 2014. Seção 1, p.3 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm.

_____. Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf.

_____. Decreto Federal Nº 4.887 de 20/11/2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras

ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

_____. Decreto nº 389, de 9 de maio de 2013. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/jbTQbxR9b0sgztp.pdf>

DENALDI, Rosana. **Políticas de Urbanização de Favelas: evolução e impasses**. 2003. 242 f. tese de doutorado (graduação em Arquitetura e Urbanismo)- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/tes_2003_Politicass_urbanizacao_impas ses.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**/ Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). - Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo [online]. 2007, vol.12, n.23, p.100-122. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>. Acesso em: 10 de jan. de 2018

FAUSTO, Boris. 1930 - **História do Brasil**. - 2ªed. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERNANDES, Florestan. 1920-1995. **A integração do negro na sociedade de classe**: (no limiar de uma nova era), Vol.2. - São Paulo: Globo, 2008.

FREYRE, Gilberto. 1900- 1987. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal/ Gilberto Freyre: apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 48ª ed. rev. - São Paulo: Global, 2003.

FRIAS, Lincoln. **As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas?**. Revista Direito, Estado e sociedade, [S.l.] v. 41, p. 130-156, jul. 2012. Disponível em: <http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/7artigo41.pdf>. Acesso em: 29 de dez. 2017.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e produção de saberes. Política e sociedade. Revista de Sociologia Política. v.10,

p.133-154. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/2175-7984.2011v10n18p133/17537>. Acesso em: 10 de jan. de 2018

GUERRA, Yolanda. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância**. Serv. Soc. Soc, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out/dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/08.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. Cadernos de Pesquisa, [S.l.], v. 118, p. 247-268, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16836.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. 2ªed. -São Paulo: Editora 34, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1902- 1982. **Raízes do Brasil**. - 26ª ed. - São Paulo: Companhia de letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Revista Serviço Social & Sociedade , São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

LOPES, Cristina (Org.). **Cotas raciais: Por que sim?** . 2. ed. Rio de Janeiro: Ibase : Observatório da Cidadania, 2006. 44 p. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/ibase_cotas_raciais_2.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 111, p. 450-467, jul-set. 2012.

NASCIMENTO, Clara Martins do. **Estado Autocrático Burguês e Política Educacional no Brasil**: contribuições ao debate sobre a assistência estudantil nas IFES. In Revista SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 8-27, jan./jun. 2012. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/3981/5736. Acesso em: 10 de dez. 2017.

NASCIMENTO, Rogerio Humberto Zeferino. **Vaca Morta: ancestralidade e luta pela terra num quilombo do sertão paraibano**. Relatório pericial de reconhecimento e delimitação de terra de quilombo solicitado pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária e Colonização. João Pessoa: INCRA/ A.A. Consultoria em Gestão de Processos e Qualidade LTDA, 2012. <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com.br/2017/05/rtid-relatorios-tecnicos-de.html>. Acesso em: 15 de agosto de 2017

OLIVEIRA, Cida de. **No serviço público**: Negros são menos de 18% dos médicos e não chegam a 30% dos professores universitários. 2014. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/05/negros-no-servico-publico-2996.html>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

PEREIRA, Paula de Bergman. **De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o 'lugar' das mulheres negras no pós- abolição**. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH: 50 anos, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRADO JUNIOR, Caio. **História do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROJAS SORIANO, Raúl. **Manual de Pesquisa**/ Raúl Rojas Soriano; tradução de Ricardo Rosenbush- Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SANTOS, Josiane Soares. **-Questão socialIII**: particularidades no Brasil. Josiane Soares Santos. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem Preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira/ Lilia Moritz Schwarcz. -1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012

SOUSA, Roberta Menezes. **Casa-grande e Senzala e o patriarcado: um diálogo crítico com a teoria feminista**. emancipação, Ponta Grossa, p. 61-72, 2014

THEODORO, Mario. **A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil**. In: THEODORO, Mário; JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SOARES, Sergei. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos de abolição. - 1ª ed. -Brasília: Ipea, 2008. p.15- 44.

APÊNDICES 1 :



Universidade Federal
de Campina Grande

Entrevista dirigida

Nome: _____

Idade: _____

Curso: _____

Período: _____

Universidade/ Campus: _____

Cor: _____

Raça/etnia: _____

Renda familiar: () sem renda () abaixo de um salário () um salário

() entre dois e três salários () mais de três salários

1. Você é bolsista do Programa Bolsa Permanência há quanto tempo?

() entre 5 e 4 anos

() entre 4 e 3 anos

() entre 3 e 2 anos

() entre 2 e 1 ano

() menos de 1 ano

() outros. _____

2. Quando você teve conhecimento sobre o programa sobre já era universitário/a?

() sim () não

3. Como você teve conhecimento sobre o programa?

4. O conhecimento sobre a bolsa influenciou na sua inserção na universidade?

() não () sim. Se sim, porquê?

5. Você se identifica enquanto quilombola?

() Sim () Não

6. Justifique a questão anterior.

7. Sem a bolsa você teria condições financeiras de permanecer na universidade?

() Sim () Não

8. Na sua universidade tem debate sobre o movimento negro?

() Sim () Não

9. No campus universitário todos tem conhecimento que você é quilombola?

() Sim () Não

10. No seu campus universitário tem mais alunos quilombolas?

() Sim () Não

11. Você sofre ou já sofreu algum tipo de preconceito por ser quilombola?
() Sim () Não
12. Você encontrou dificuldade para dar entrada no Programa Bolsa Permanência?
() Sim () Não
13. Se a resposta anterior for sim, quais foram as dificuldades?
-
14. Sua universidade já tinha aluno inserido no PBP, quando você foi dar entrada na bolsa?
() Sim () Não
15. Você participa de outro programa de assistência estudantil?
() Sim () Não
16. Na sua opinião a inserção de jovens no ensino superior trará benefícios a comunidade?
-
17. O Programa Bolsa Permanência é um programa do governo federal que entre os beneficiários estão os descendentes dos remanescentes de quilombos. O que necessariamente deixa explícito que não é necessário ser negro para ser descendente e ter direito a bolsa. Como você explica esse posicionamento?
-
18. Você tem conhecimento sobre a história da sua comunidade quilombola?
-
19. O que você acha do processo de titulação de terras das comunidades quilombolas?
-
20. Na sua opinião, quais os pontos positivos e negativos que a bolsa ocasionou para a sua experiência pessoal, a comunidade e a universidade?
-
21. Você foi tratado de forma diferenciada seja por colegas ou funcionários da universidade por ser quilombola?
-
22. Na sua opinião, porque o negro é minoria na universidade?
-

APÊNDICE 2:

Universidade Federal
de Campina Grande

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre O PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA PARA QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE VACA MORTA e está sendo desenvolvida por MARIA DA CONCEIÇÃO INACIO LEITE DA SILVA, aluna do Curso de SERVIÇO SOCIAL da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Sousa, sob a orientação do(a) Prof.(a) SUAMY RAFAELY SOARES.

Os objetivos do estudo são: Analisar os impactos do Programa Bolsa Permanência na inserção e permanência dos quilombolas da Comunidade Vaca Morta na universidade; Analisar a relevância do Programa Bolsa Permanência para a manutenção dos estudantes quilombolas da comunidade Vaca Morta; Avaliar os desafios e possibilidades enfrentados pelos estudantes bolsistas no tocante a efetivação do programa; Examinar a relevância do programa como uma política de ação afirmativa.

A finalidade deste trabalho é contribuir para debater a importância do Programa Bolsa Permanência para os estudantes e para a comunidade

Solicitamos a sua colaboração para a entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a).

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados

Assinatura do Participante da Pesquisa